



MANDATO 2017-2021

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

ATA NÚMERO QUATRO

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta e seis minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na Biblioteca da Escola Secundária Nuno Gonçalves, sita na Avenida General Roçadas, em Sessão Ordinária, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário em exercício, António Neira Nunes, e pela Segunda Secretária em exercício, Elsa Maria Noura do Sacramento. -----

Assinaram a Lista de Presenças, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo PS: José de Carvalho Ferreira, Maria de Fátima Carmona Travancinha Leal Gil, Maria Luíza Correia Valente, Maria de Fátima Duarte Dias do Carmo, Paulo Manuel da Costa Amaral Prazeres Pais e Dina Esmeralda Gomes do Monte; -----

Pelo PSD: Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Maria de Lourdes Dionísio Duarte Borges e Jorge Manuel Fernandes Duarte das Neves; -----

Pelo PCP: Daniel Alexandre Machado de Oliveira, Anabela de Oliveira Vogado e Carlos Alberto Marques Tibúrcio; -----

Pelo BE: Rui Emanuel Antunes de Seixas e Ana Cristina Duarte Neno Rato; -----

Pelo CDS/PP: Pedro Raul Pires Dias de Calheiros Cardoso; -----

Pelo PAN: Filipe Tiago Pimentel Rações. -----

Constatada a existência de quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia declarou aberta a reunião. -----

PONTO NÚMERO UM

Intervenção do Público

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia* saudou todos os presentes e indicou que a Sessão estava a ser filmada, e que para tal era necessário a autorização da Assembleia de Freguesia. Indicou que tinha sido solicitado pelo CDS/PP, na Sessão de dezembro, numa Moção aprovada, que as Reuniões passassem a ser gravadas e transmitidas em direto. Antes de solicitar as devidas explicações à Senhora

Presidente da Junta, gostaria de agradecer à Escola Nuno Gonçalves, que tinha facilitado o espaço da sua biblioteca para que fosse possível realizar a Sessão Ordinária.-----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, agradeceu e saudou os presentes. Indicou que a filmagem se encontrava em cumprimento a uma deliberação da Assembleia, se bem que a mesma não estava a ser transmitida em direto, encontrando-se o processo apenas em fase de teste, indicando que apenas na sessão posterior é que se encontrariam em condições técnicas de gravar e transmitir em direto a Sessão da Assembleia. Presumia que tal carecia, de qualquer forma, da autorização da Assembleia, mas dava conhecimento de que a mesma não estava a ser transmitida nem seria publicada online. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** agradeceu a explicação da Senhora Presidente da Junta, e informou que havia uma inscrição do público para intervir, lembrando que tinha cinco minutos para expor o seu assunto. -----

O Senhor **Luís Miguel Costa Machado**, morador no Bairro Horizonte, saudou os presentes e indicou que o motivo que o levava ali não tinha a ver com o da Sessão anterior. Relatou que tinha um tio, com sessenta e dois anos, numa cadeira de rodas há seis meses, e que para se deslocarem do Bairro Horizonte à Praça Paiva Couceiro, local onde se juntavam os seus amigos, ele tinha de ir com o tio às Olaias para depois seguir para a Praça Paiva Couceiro, uma vez que não existia nenhum outro caminho. Referiu que já estava mais do que na hora de a Junta equacionar e estudar outros acessos. -----

Referiu também a questão dos animais de grande porte, assunto que a Junta já tinha indicado que não conseguia resolver. Se a pessoa em causa tinha licença de posse válida, tinha de ter os animais na sua quinta e não no Espaço Público, na via pública, provocando um cheiro nauseabundo a fezes, não podendo as crianças andarem de bicicleta, jogar à bola. O próprio skate park não servia para as crianças, mas sim para pasto de cabras. Achava inadmissível a falta de atuação e a falta de atenção da Junta, solicitando a atuação em relação a estas duas situações que não se admitam no centro de Lisboa, sendo os moradores corridos a tiro caso digam alguma coisa, tendo todos medo dele. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que as questões indicadas preocupavam o Executivo, de sobremaneira, e já tinham delas dado conta à Câmara Municipal, uma vez que ambas ultrapassavam as competências da Junta, tanto quanto à área envolvente do Bairro Horizonte, questão essa já levantada em sede de GABIP, quer a todos os vereadores presentes nessas mesmas reuniões, encontrando-se projetadas as infraestruturas que o bairro carecia há vários anos, esperando que no decorrer do Mandato vissem a luz do dia. Relativamente à questão dos animais, indicou que já tinham sido pedidas diversas vistorias, que já tinham acontecido, quer acompanhadas do veterinário municipal, ou pelas forças policiais, o que acontecia, milagrosamente, era que sempre que existiam denúncias e vistorias a situação encontrada era sempre legal, tendo os próprios dirigentes da Junta sido ameaçados pelo dito proprietário dos animais. Informou que tinha sido decidido em reunião da Comissão de Bem-Estar Animal oficial a nova Provedora dos Animais, da Câmara Municipal de Lisboa, para se pronunciar sobre aquela situação com vários ângulos: o ângulo da ASAE, com o abate ilegal de animais, o ângulo da segurança, com a questão dos animais de grande porte na via pública, podendo os mesmos provocar acidentes, e o ângulo do bem-estar animal. Reforçou a ideia de que a Junta se movimentava no sentido de tentar resolver a situação, apesar da dificuldade notada, continuando a insistir até a situação se encontrar resolvida. -----

----- **PONTO NÚMERO DOIS** -----

----- **Atas nº2 e 3** -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** informou que, tal como já tinha sido indicado aos Líderes de Bancada, não tinha sido possível ter a Ata nº3 concluída, sendo a apresentação da mesma adiada até à Sessão Ordinária seguinte. Nesse sentido iria colocar à votação a Ata nº2, referente à 2ª Sessão Ordinária, de 19/12/2017. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, saudou os presentes e desejava dar uma nota prévia em relação ao ocorrido com a mesma, e à discussão tida sobre o assunto. Indicou que o PCP iria ter uma atitude em nada normal, na medida em que iria votar desfavoravelmente, sem querer atribuir quaisquer culpas, mas entendendo que tinha

ocorrido uma situação bastante grave na Ata, estando a mesma extremamente incompleta, ferindo isso o conteúdo da mesma, e até a legalidade da mesma. Apesar de parte da solução ter sido encontrada, sendo essa a questão que o PCP queria levantar, a gravação em vídeo das Sessões da Assembleia, inclusivamente com transmissão, quando não se conseguiu reproduzir o teor completo de uma Ata, o que era entendiam ser preocupante. -----

Uma vez encontra a solução, alertavam apenas para o facto de ser necessária a criação de um sistema de redundância para captar, pelo menos, o som da sala, para não se verificarem situações de falhas técnicas que dificultem a produção da Ata, ou então, pensando ser da responsabilidade da Mesa, retirar as devidas notas para a produção da mesma, quer haja, ou não, suporte digital áudio. -----

O PCP esperava que a situação não se voltasse a verificar, não tendo nada a opor à gravação e transmissão das Sessões em direto. -----

– **Ata Número Dois**, da Segunda Sessão Ordinária, de 19 de dezembro de 2017 -----

– **Aprovada por Maioria – Votos a favor:** PS, PSD e CDS/PP; **Votos contra:** PCP; **Abstenção:** BE e PAN; -----

----- PUNTO NÚMERO TRÊS -----

----- Período Antes da Ordem do Dia -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou que tinham dado entrada na Mesa dezanove documentos para discussão, nomeadamente três Votos de Saudação, sete Moções e nove Recomendações, e declarou estarem abertas as inscrições para as intervenções. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, saudou os presentes, e indicou que relativamente à Recomendação nº2, apresentada pelo CDS/PP, e referente ao Complemento à Família, gostaria de esclarecer o seu Ponto nº2, pretendendo fazer a alteração na sua alínea b), onde se lia “*criação de uma unidade de descanso do cuidador*” para se passar a ler “*estudar a possibilidade da criação de uma unidade de descanso do cuidador*”. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou que tinham sido tomadas as devidas notas. -----

O Membro do PS, **José de Carvalho Ferreira**, saudou os presentes, e pretendia fazer uma primeira observação geral sobre a enorme quantidade de Moções, Recomendações e Saudações. Referiu que tinha sido solicitado, em Sessões anteriores, por uma questão de tempo, encontrando-se numa casa que lhes tinha dado a honra de os acolher, tanto à Junta como aos Membros da Assembleia, para que o número os Pontos da agenda fossem comedidos e exequíveis. Com aquela quantidade de Moções, Recomendações e Saudações, antes da Ordem do Dia, e apesar de tentarem que seja um processo rápido, estava a ser posto em causa o tempo da Ordem do Dia. A sua ideia daquele expediente das Sessões da Assembleia de Freguesia, era a possibilidade de as várias Forças Políticas poderem apresentar as suas Moções, Recomendações e Saudações, e teria como princípio e ideia central era dar voz aos partidos da oposição, com a apresentação e votação das suas posições, havendo casos em que não tinham sido criadas Comissões. Não lhe parecia ser esse o caso da Freguesia da Penha de França, tendo sido criadas Comissões de trabalho equitativas aos pelouros e tendo sempre sido demonstrada toda a disponibilidade da Junta para reunir e prestar os devidos esclarecimentos. Na sua ótica, havendo um bom relacionamento, havendo as Comissões e havendo a disponibilidade da Junta para reunir e prestar esclarecimentos, solicitava que, de futuro, não voltassem a ter, numa Sessão Ordinária que já por si tinha a sua Ordem de Trabalhos, dezanove pontos antes da Ordem do Dia. Essa era a razão pela qual o PS não tinha entrado naquela hemorragia de Moções e de Recomendações, solicitando que no Período Antes da Ordem do Dia não fosse gasto a explanar situações, algumas de âmbito Nacional, outras já trabalhadas e em progresso nas diversas Comissões. Dava a ideia que algumas das Recomendações e Moções tinham surgido pelo facto de a Junta ter prestado informações a determinados assuntos. A ideia era contrária: as explicações e esclarecimentos da Junta evitassem a chegada à Assembleia de situações que poderiam ser resolvidas no normal relacionamento entre a Junta e a Assembleia. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, sem se querer, de todo, justificar perante o Eleito do PS, querendo falar, orgulhosamente, da elevada quantidade de Moções e de Recomendações que eram apresentadas, sendo essa a razão para a qual ali se encontravam, não se sentindo capaz nem preparado para pedir desculpa por fazerem

aquilo para o qual tinham sido eleitos. Concordava com o facto de as Comissões trabalharem e reunirem frequentemente, havendo esse esforço da parte dos Membros da Assembleia de reunir as Comissões com bastante regularidade, e a fazer um trabalho muito concreto, mas nunca poderia uma Comissão substituir uma Assembleia de Freguesia, nem os esclarecimentos prestados a uma Comissão poderiam substituir o discutido numa Assembleia de Freguesia. Numa Assembleia havia discussão, debate e uma procura em vincular posições, servindo as Comissões apenas para esclarecer. Era esse o papel que lhes cabia e que ia continuar a efetuar com toda a convicção com a qual tinham sido eleitos. -----

Relativamente aos documentos que o PCP tinha apresentado, indicou que as Saudações eram inevitáveis, dada a altura do ano em que se encontravam, abril, sendo o 25 de Abril e o 1º de Maio datas muito queridas ao PCP, não querendo deixar passar as datas do Dia da Liberdade e do Dia do Trabalhador, convidando todos os Membros a associarem-se às Saudações a essas mesmas datas. -----

Indicou que traziam questões de cariz nacional, mas que teriam grande impacto na cidade de Lisboa e na Freguesia da Penha de França. Nesse sentido também competia às Assembleias de Freguesia, enquanto maior Órgão de participação a nível nacional, dar voz e expressar as suas posições em relação ao que era feito no âmbito da tal política nacional já referida, tendo, nomeadamente, uma Moção em que o PCP condenava, veementemente, e pediam a revogação do Regime de Arrendamento Urbano que vinha a ter um impacto desastroso na cidade de Lisboa. -----

Os restantes documentos apresentados eram fruto do trabalho que o PCP tinha vindo a desenvolver naquele período. -----

Indicou que o PCP tinha estado presente na Quinta do Lavrado, a tentar perceber o que estava a acontecer naquele bairro, e traziam uma série de questões que tinham constatado e que gostariam de colocar à consideração de todos. Tinham igualmente estado no Bairro Horizonte, onde tinham constatado os problemas referidos pelo morador, entre outros, e faziam questão de os trazer à Assembleia de Freguesia. Tinham andado a verificar todos os designados de “espaços verdes” da Freguesia da Penha de França, tendo também algumas recomendações a fazer sobre o assunto, e

inevitavelmente questões sobre a recolha seletiva de resíduos. Traziam, também, outros dois grandes assuntos que consideravam que deviam, sempre, enquanto não se encontrar devidamente resolvidos, podia, e seria sempre trazido à baila, nomeadamente a questão da Piscina da Penha de França, que continuava encerrada, estando as Comissões a trabalhar sobre esse assunto, e a fazer todo o trabalho de audição que deveriam fazer, mas era inegável que a Piscina continuava encerrada, seu que houvesse, da parte do Executivo, uma palavra sobre a situação, sendo essa a denúncia do PCP, e esperar que o comportamento mudasse. -----

O PCP trazia, também, uma Moção, provavelmente polémica e combativa, que avaliava os primeiros seis meses de Mandato, que deixavam o PCP extremamente preocupado, tendo em conta um determinado número de bens e serviços que a população tinha ao seu dispor e que tinha deixado de ter. Pensava que aquele Executivo, quando tinha sido eleito, não o tinha sido para tal. A população da Penha de França tinha ficado sem as Oficinas de Teatro, tinha ficado sem o Posto Médico, encerrado por questões plausíveis, mas sem que tivessem sido encontradas, ou dadas, alternativas, o Espaço Nova Atitude encontrava-se encerrado, sendo a casa para imensas coisas exceto para aquilo para o qual tinha sido proposto – dar apoio e acompanhamento às crianças da Quinta do Lavrado, a Higiene Urbana e a Jardinagem estavam a ser descurados. O PCP queria levar ali todas aquelas questões e era para isso que ali estavam. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, referiu que, em abono da verdade e da transparência, a Recomendação sobre a gravação das Sessões da Assembleia, que tinha sido aprovada, ainda não estava em pleno funcionamento, tendo sido informado das devidas razões pelo Executivo, na pessoa do Vogal Maycon Santos. Agradecia ao Executivo, e mais propriamente ao Vogal Maycon Santos, por ter informado atempadamente sobre as razões impeditivas, dando nota que na Sessão de Junho já deveria estar em pleno funcionamento. -----

Relativamente ao Período Antes da Ordem do Dia, referiu que o trabalho das Comissões não deveria esgotar aquilo que eram as convicções de cada Força Política, apresentando sempre as Recomendações ou Moções que achar serem necessárias, até porque as que ali iam ser apresentadas tinham, todas elas, uma enorme expressão na

Freguesia, na Cidade, e até no País. Seria muito bom que a Penha de França pudesse agarrar, sobretudo, aquelas recomendações, uma vez que se tornaria uma das poucas Freguesia que, de facto, de preocupava com as pessoas em situação de isolamento e com a inclusão das pessoas em situação de demência que se encontravam encarceradas numa cada, constituindo um problema escondido, problema esse que o CDS/PP não deixaria de o denunciar. -----

Gostaria, também, de referir, face à questão dos esclarecimentos da Junta de Freguesia, e a disponibilidade da Junta para os prestar, que discordava de tal afirmação, uma vez que o CDS/PP tinha solicitado, no início do mandato, esclarecimentos sobre a temática da piscina e a Junta tinha-o repetido para a Câmara. Foi remetido, uma segunda vez, para a Câmara, com algum espanto, uma vez que a Junta fazia parte da Comissão de Acompanhamento, das quais foram lavradas Atas, assinadas por elementos da Junta de Freguesia, sem que a própria Junta as tivesse. O CDS/PP achava tal facto curioso e estranho, tendo de recorrer a outras vias para a obtenção dessa mesma informação. A dita disponibilidade era relativa. Quanto àquela matéria não tinha havido qualquer disponibilidade, uma vez que as Atas lavradas não existiam na Junta de Freguesia. -----

O Membro do PSD, **Jorge Neves**, saudou os presentes, e questionou o Executivo, na pessoa do Vogal Maycon Santos, uma vez que o assunto era do seu pelouro, se o IPenha estaria ou não a funcionar. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou que a palavra teria sempre de ser dirigida à Senhora Presidente da Junta de Freguesia que daria, ou não, a palavra consoante ao Vogal respetivo caso achar que o devia, ou não, fazer. -----

O Membro do PSD, **Jorge Neves**, dirigiu a mesma questão à Senhora Presidente da Junta, uma vez que tinha informado no passado dia 24 de fevereiro a falta de pilaretes junto ao Largo da Penha de França. Curiosamente, naquela mesma semana, tinha lá sido colocado um pilarete. -----

Indicou que tinha comunicado, via IPenha, uma situação na Praça António Sardenha, a existência de um buraco debaixo de um banco de jardim. Foi considerado “resolvido” na aplicação, mas ainda continuava por resolver. Questionava se a aplicação era apenas “para inglês ver” ou para a resolução dos problemas transmitidos pelos moradores. -----

Referiu que tinha outras situações pendentes no IPenha, nomeadamente um buraco na Rua Dr. Oliveira Ramos, e passeios que não se encontravam em condições, dando como exemplo a Rua dos Baldaques. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, saudou os presentes, e indicou que pretendia deixar uma breve nota em relação ao enunciado pelo Membro do PS, José Ferreira, e que caracterizou de “hemorragia” os documentos produzidos. O PAN via, com bastante agrado, a elevada produção de documentos políticos apresentados, o que significava que a representação política ali presente não era passiva, mas que tinha uma atitude ativa e de demonstração de contacto próximo com a realidade da Freguesia. -----

Relativamente à existência das Comissões, referiu que as mesmas tinham sido criadas para o aprofundamento de diversos temas e encontrar entendimentos entre as diversas Forças Políticas, não carecendo a maior parte dos documentos apresentados de um tal aprofundamento de debate ou discussão. -----

O PAN acreditava, veementemente, que o exercício da Democracia nunca poderia ser sacrificado no altar de um qualquer tipo de constrangimento cronológico. Convinha que poderia ser aborrecido permanecerem ali até de madrugada, mas era muito melhor conseguirem expressar valores políticos e, sobretudo, preocupações da população. Nunca tal podia, jamais, ser sacrificado em prol de encurtar o tempo da Sessão. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, gostava de se debruçar sobre as Saudações, Moções e Recomendações apresentadas. -----

Começando pela Saudação nº1, solicitou ao PCP que reformulasse o seu terceiro parágrafo, ou que o retirasse, permitindo assim ao PSD votá-la favoravelmente, e apesar de sentir, ao longo dos anos, uma tentativa do PCP de ser mais agregador nas suas Saudações, no entanto dizer, naquela altura, que “os vários Governos da Democracia foram indiferentes à importância do Poder Local” numa semana em que tinha sido aprovado um acordo entre os dois principais Partidos para uma maior descentralização no Poder Local era, no mínimo, absurdo, visto que se houve um sector que evoluiu bastante com o 25 de Abril foi o do Poder Local, sempre com uma maior descentralização para o Poder Local. Na sua opinião, os sucessivos Governos podiam

ter ido mais longe, podendo ainda ir mais longe, sendo um processo em curso, mas não era algo que se pudesse considerar “indiferente” aos vários Governos. -----

Relativamente ao Voto de Saudação do BE, e não sendo contra a gratuidade dos livros no Ensino Público, a questão que o PSD colocava era o porquê de ser apenas para o Ensino Público, devendo todos os cidadãos ter os mesmos direitos, independentemente se têm os seus filhos no Ensino Público ou no Ensino Privado. Tendo isso em conta, o PSD não poderia saudar algo que era apenas para o Ensino Público, devendo a medida visada abranger todos os estudantes, independentemente do tipo de estabelecimento de ensino que frequentavam. Assim sendo, o PSD iria votar contra aquela Saudação. -----

Indicou que o PSD iria votar favoravelmente a Saudação nº3, a Moção nº1, nº2, nº3 e a nº4, nº6. Referiu que o PSD iria votar desfavoravelmente a Moção nº5. -----

Solicitou que a votação da Moção nº7 fosse feita ponto por ponto e recordou que a Recomendação nº1, apresentada pelo CDS/PP, referente à criação do Cartão Penha Solidária, já tinha sido apresentada no Mandato anterior, e que fazia parte do Programa do PSD-CDS/PP aquando da sua candidatura conjunta. -----

Solicitou um esclarecimento relativo à Recomendação nº2, apresentada pelo CDS/PP, nomeadamente “Protocolar com as Entidades que operam na Freguesia para a extensão das respostas sociais”, qual o tipo de protocolo a que se estava a referir, se haveria encargos financeiros para a Junta ou se iria a Junta criar os meios. Questionou qual era o tipo de protocolo defendido pelo CDS/PP, se passava apenas por parcerias ou se haveriam encargos para a Junta. Solicitou esse esclarecimento. -----

Indicou que o PSD iria votar favoravelmente as Recomendações nº3, nº4, nº5 e nº6. -

Relativamente à Recomendação nº7, apresentada pelo PAN, a opinião do PSD era que a Recomendação era redundante, dado que já existiam psicólogos na Junta e nas escolas que tratavam daqueles temas. Questionou se a ideia era fazer uma discriminação positiva ou se iriam englobar todos os géneros de bulling, fosse ele de cariz sexual ou de outro tipo. Referiu que se fosse existir um psicólogo para tratar só de questões de cariz sexual estaria a ser feita uma discriminação, de certo modo aflitiva para as crianças e jovens adultos. Era da opinião que seria melhor estar envolvido sobre o aspeto do

psicólogo genérico do que ter algo em concreto só quem tivesse problemas de cariz sexual, independentemente da orientação sexual, devendo estar fechado até pelo próprio sigilo, sem que se soubesse de fora qual o problema sem si. Se fosse colocado um psicólogo expressamente para as questões de cariz sexual, poderia provocar ainda mais bullying perante a criança ou jovem. Solicitou os devidos esclarecimentos, e caso a explicação não satisfizesse, o PSD iria votar desfavoravelmente. -----

Relativamente à Recomendação nº8, questionou se já não existia um pombal contracetivo na Freguesia, junto à Alameda Dom Afonso Henriques. Caso não existisse ainda, sabia que estava previsto. Sendo esse o caso, o PSD iria votar favoravelmente. ---

Relativamente à Recomendação nº9, apresentada pelo PAN, que recomendava a “*Eliminação da cobrança das taxas de registo e licenciamento de Canídeos e Felídeos da Penha de França*”, e como seria obvio, o PSD teria de votar contra, questionando se teria sido apenas o PSD a ler o Relatório de Contas e a Informação Financeira e se o que queriam era aumentar a despesa e reduzir as receitas da Junta, algo que não conseguia compreender. Compreendia a vontade de querer facilitar a vida a quem tivesse animais de companhia e não ter de pagar uma taxa, o que era caso exíguo. Informou que tinha, naquela semana, visitado a Casa dos Animais de Lisboa, e tinha constatado que haviam pouquíssimos gatos de companhia, ao contrário dos cães. -----

Por último, gostava de deixar uma nota. O Período Antes da Ordem do Dia compreendia um período de uma hora, não aumentando independentemente do número de Saudações, Moções e Recomendações apresentados. O seu tempo regulamentado era exatamente igual fosse apresentada uma Recomendação ou dez ou vinte, tendo as Forças Políticas a liberdade de ali apresentarem o que entendessem. O PSD não tinha o hábito de fazer muitas Recomendações ou Moções, fazendo interpelações orais, sem sentir a necessidade de deixar gravado em papel o que defendiam há dezasseis anos para a Freguesia. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou que o Membro do PSD já tinha ultrapassado, em cerca de um minuto e meio, o tempo de intervenção atribuído ao seu Partido. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, interpelando a Mesa, e em defesa do companheiro de Bancada, Jorge Neves, indicou que os Membros da Assembleia podiam dirigir-se ao Executivo, mas através da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e não da Senhora Presidente do Executivo. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, saudou os presentes e, referindo-se ao indicado pelo Membro do PS, indicou que concordava com o enunciado pelo PAN e pelo PCP, sendo importante mostrarem aquilo para o qual tinham sido eleitos e dar voz à população. Comparativamente, indicou que, em termos médicos, por vezes era necessário recorrer a uma sangria para curar um animal ou uma pessoa, não considerando as Hemorragias como sendo sempre negativas, tal como não o era naquele caso. -----

Relativamente à Moção apresentada pelo BE, na Sessão Extraordinária, relativa à regularização dos vínculos precários, questionou como estava a decorrer o processo e se a mesma estava a respeitada, nomeadamente ao seu ponto número 2, o que tinha acontecido aos funcionários dispensados, ao seu ponto nº3, como estava a decorrer o processo de regularização, e ao seu ponto nº6, se o documento já tinha sido dirigido à Câmara Municipal de Lisboa. -----

Relativamente à Recomendação nº7, apresentada pelo PAN, gostava de dar uma pequena nota, indicando que, e em termos de nomenclatura, sugeriu a alteração de “*identidade de género*” para “*expressão de género*”, diferente de “*características sexuais*”, sendo da sua opinião que o termo se ajustaria melhor, e seria mais correto, ao teor da Recomendação. -----

Sobre o comentário do Membro do PSD, feito à referida Recomendação, referiu que o psicólogo existente na Freguesia poderia não estar habilitado para lidar com as questões de orientação sexual. A sua especialidade não deveria ser divulgada, em prol do sigilo profissional. Não era um qualquer psicólogo que conseguia lidar com aquela temática, e mostraria uma abertura do Executivo para aquela matéria, até tendo em conta a taxa de suicídio e de outras patologias que acometia a população. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, no âmbito da construção conjunta dos documentos que ali tinham sido levados, indicou que, após a análise feita pelo PCP aos documentos apresentados pelas restantes Forças Políticas, solicitava a votação ponto por

ponto de ambas as Saudações apresentadas pelo BE, não deixando de saudar uma medida que ia para além na normativa nacional, apelidando os restantes pontos de propaganda vincada, não devendo a Freguesia fazer spam às escolas ao saudar algo que já deve ser do seu conhecimento, e inserir a mesma na revista iria levar à publicação de uma revista com cento e tal páginas, mensalmente, uma vez que todas teriam o direito de lá estar. -----

Relativamente à Recomendação apresentada pelo PAN, sobre as questões de identidade de género e orientação sexual, solicitou igualmente a votação ponto por ponto, e sobre o primeiro ponto, compreendendo a necessidade de haver uma habilitação da parte do psicólogo que prestasse aquele serviço, estando sensível e tendo compreensão das questões de identidade de género e orientação sexual, a formulação do ponto apontava para um sentido de ser um profissional clínico em exclusivo para essa temática. Assumia que poderia passar por uma questão de formulação, não sendo da opinião de que se devesse vincar daquela forma, fazendo apenas sentido saber num processo de recrutamento e querer que a pessoa estivesse mais habilitada naquela área, concordando com o resto do Ponto. -----

Relativamente ao seu ponto 3, o documento apontava um sentido abrangente no combate à discriminação relacionada com as questões de identidade de género e de orientação sexual, e aquele ponto falava de um trabalho com a Polícia local apenas no combate à discriminação de género. Apelava à reconsideração do PAN para a retirada da questão do género, em específico, e que deixasse a discriminação, ou que agregasse, em prol da abrangência do resto do documento, as questões da identidade de género e a orientação sexual. -----

Em relação à Recomendação do CDS/PP, sobre a criação do cartão social da Penha de França, o PCP não achava que fosse uma solução, sendo necessário, por parte do Executivo, um estudo sobre o alargamento e impacto da medida, mas, mais uma vez, estavam a falar da aplicação de pensos rápidos em hemorragias, parecendo que o tema hemofílico se encontrava muito em cima da mesa, e achava curioso aquela Recomendação vir da parte do CDS/PP, mas compreendia que a questão caritativa estivesse mais presente mas na verdade, baixar alguns preços em determinados

comércios para as pessoas com menos rendimentos, mas as pessoas com os mas baixos rendimentos não tinham o poder de compra, ponto final, não sendo com promoções de 5 ou dez por cento que iriam ter os seus problemas de pobreza resolvidos. -----

Relativamente à Recomendação do PAN, sobre Registo e Licenciamento, indicou que havia um problema de formulação que poderia, e devia ser considerado, quando se falava na vacinação antirrábica, que fazia parecer que estavam destinadas aos cidadãos.-

Alertou para o facto de a vacinação antirrábica não ser obrigatória para os gatos, encontrando-se a raiva erradicada em Portugal, e que já existia um protocolo assinado com um veterinário que fazia aquele serviço gratuitamente, mas apenas numa ação anual ou mais esporádica. O PCP não partilhava da opinião de que seria necessário criar um novo protocolo, mas sim, eventualmente, alterar o já existente e alargar o seu âmbito a qualquer altura do ano, podendo os cidadãos usufruir dele de forma participada. --

Relativamente à criação do pombal contraceptivo, a Câmara tinha-se comprometido, sendo responsabilidade sua, a despesa envolvida poderia ser bastante avultada, e tendo em conta que estavam ali a discutir dificuldades financeiras e dinheiro malgasto que por vezes era encontrado, e estando, mais uma vez, a substituir a Câmara Municipal em algo que nem sequer era suposto, não parecia viável ao PCP e por essa mesma razão o PCP ira votar desfavoravelmente. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Raçoes**, agradeceu os pedidos de esclarecimentos, que achou bem-vindos. -----

Relativamente à questão do apoio psicológico especializado, referiu que o que pretendia ia muito mais além de uma sensibilização, não sendo aquelas questões mote de sensibilização, mas sim de formação profissional. Subscrevia o indicado pelo Membro do BE, sabendo que tal como nas outras áreas médicas, existiam especializações na psicologia que visavam tratar questões do foro mais restrito, e não apenas do quadro geral. Não se tratava de uma discriminação, nem podia ser lido dessa forma, mas sim dar apoio a uma área que, felizmente, tem vindo a ser cada vez mais discutida, e que tem vindo a ser estudada, e daí a necessidade de formação especializada numa área emergente de estudo, e daí a solicitação do PAN para a colocação de

profissionais com formação especializada ou em dar formação especializada aos profissionais existentes. -----

Relativamente às Taxas de Registo e de Licenciamento, referiu que se tinha dito que se estaria a retirar uma fonte de entrada de dinheiro. Indicou que, pelo que tinha entendido, no ano de 2017, a cobrança daquelas mesmas taxas tinha “rendido” cerca de €2.300,00 à Junta. Tendo em conta as despesas, efetuadas e previstas, com publicidade, que abarcavam dezenas de milhares de euros, questionava se não seria possível alocar os ditos €2.300,00 para prestar um serviço aos cidadãos da Penha de França, cujo cumprimento era obrigatório por lei, era a sua opinião de que estariam a facilitar a vida de todos os cidadãos. Do ponto de vista do Bem-estar animal, seria mais fácil, em situações de abandono, fazer o rastreio da tutela do animal. -----

Relativamente ao pombal contracetivo, indicou que entendia as preocupações levantadas pelo PCP, mas tendo em conta que o programa de pombais contracetivos na cidade de Lisboa deveria ter, teoricamente, terminado no final do ano transato, tendo-se mantido a CML, estranhamente, bastante silenciosa sobre o assunto, não tinha havido nem uma reformulação do projeto nem de novas datas, tendo apenas sido contruído, dos 8 previstos, apenas o de Benfica, que degenerou numa situação triste. Sendo o problema dos pombos uma questão transversal às freguesias, com uma solução que não passava pela captura com armas de pressão e redes, que tinha gerado uma enorme indignação, não sendo esta a forma correta de tratar os animais, havendo estudos qualificados que desconsideram os pombos enquanto praga. Era da opinião de que estaria na altura de se mudar a perspetiva sobre a questão e, tendo a Junta capacidade para o fazer, podia e devia fazê-lo, sendo uma problemática de saúde pública sobre a qual já se tinham escutado questões em Sessões anteriores, incluindo situações de alimentação na via pública, defendendo que a implementação de um pombal contracetivo era essencial para a Freguesia. Era necessário pensar além do dinheiro e fazer alguma ginástica orçamental – regressando à questão da publicidade, que era o que mais o chocava – e era possível fazê-lo se a Junta assim o quisesse. -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia* deu a palavra ao Membro do PSD, com tempo cedido pelo CDS/PP. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, em resposta ao BE e ao PAN, indicou que o psicólogo existente deveria fazer um encaminhamento para um psicólogo específico, não podendo haver nas escolas psicólogos com especializações diferentes. Referiu que todos os recursos eram escassos e não se podia estar a retirar verbas de uma rubrica para outra. Como exemplo, indicou que quando uma pessoa se deslocava a um médico dentista, deslocavam-se ao seu médico dentista habitual e, caso a questão não fosse da sua área, o paciente era encaminhado para um especialista. -----

Relativamente ao indicado pelo PCP, indicou que não lhe tinham dado resposta sobre a abertura para alterar a Moção, e também gostaria de referir que a criação do cartão solidário não passava por uma questão de caridade, uma vez que a população mais empobrecida tinha outros caminhos que podia preconizar, mas sendo necessário a classe média baixa também necessitava de ter apoios sociais que não tinha dados os limites que existiam na sociedade perante os apoios sociais, abrangendo quase exclusivamente os indigentes. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou que o Membro do PSD já tinha ultrapassado o tempo cedido, esgotando assim o tempo do CDS/PP. ----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, fez uma interpelação à Mesa, indicando que a gestão do tempo devia ter sido feita pela Mesa, não podendo retirar o restante tempo ao CDS/PP, agradecendo a tolerância para com a sua intervenção, mas não podia retirar o restante uma vez que não tinha sido ele a gastar o tempo, mas sim a Mesa que não o tinha alertado. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou ao Membro do CDS/PP que o seu tempo restante tinha sido coberto pelo PSD. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, fez mais uma interpelação à Mesa, convidando o Executivo e a Mesa a verificarem o funcionamento da Assembleia de Freguesia do Beato, que tinha um equipamento de controlo de tempos visível para todos os Membros. Não colocava em causa a contagem do tempo, mas a Mesa é que tinha de controlar os tempos cedidos, não podendo permitir que o CDS/PP lhe tenha cedido trinta segundos e que a Mesa lhe estivesse a retirar o tempo todo da intervenção. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou que o Membro do CDS/PP tinha compreendido, tendo prescindido do uso da palavra. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, gostava só de deixar um esclarecimento técnico. A vacinação antirrábica era dada aos animais, apesar de a raiva já se encontrar erradicada em qualquer mamífero em Portugal, podendo encontrar-se ainda em alguns animais silvestres, razão pela qual ainda se vacinavam preventivamente os cães e os gatos, uma vez que poderia existir alguma ligação e contacto entre eles. -----

O Membro do PS, **José de Carvalho Ferreira**, indicou que gostaria de dar uma nota sobre a orientação de voto do PS para as várias Saudações, Moções e Recomendações.

Indicou que o PS iria votar favoravelmente as três Saudações, apesar das reservas existentes relativamente ao parágrafo sobre o Poder Local da Saudação ao 44º Aniversário do 25 de Abril, faltando-lhe a memória sobre o que tinha sido o governo do PCP no Poder Local na cidade de Lisboa, mas apesar de o texto não encher as medidas do PS, era passível de votação favorável. Referiu que havia uma empatia com as datas de aniversário, uma vez que o PS tinha feito 45 anos na véspera. -----

Relativamente às Saudações do BE, saudava o reconhecimento do trabalho feito em conjunto na CML. -----

Sobre a Moção nº1, apresentada pelo PCP, sobre o encerramento de serviços, o PS teria de votar contra, uma vez que não se travavam de encerramento de serviços, faltando a memória ao PCP sobre as causas que a tal levaram, ignorando o estudo do LNEC, havendo um aspeto positivo, nomeadamente a instalação do Pelouro do Desenvolvimento Social e Saúde no Bairro da Quinta do Lavrado, o que significava que tinha havido uma descentralização para um Bairro necessitado de alguma presença e de valências da área social e de saúde, encontrando-se lá a funcionar o Posto de Enfermagem da Junta, encontrando-se a Junta a procurar alternativas dignas para os serviços e para o Plenário da Assembleia. Havia ali um histórico recente, não tendo o encerramento e a redução dos espaços de respostas da própria Junta passado por uma decisão política e de programa. -----

Em relação à Piscina, estava a ser feito o esforço possível, quer a nível das Comissões da Assembleia de Freguesia, quer a nível da Junta, mas a piscina não poderia

ser aberta nas condições em que se encontrava, não podendo a Presidente da Junta abrir a Piscina e tomar a si as responsabilidades, havendo ainda muito trabalho a fazer, tendo sido descobertas coisas malfeitas. Era necessário tempo para efetuar as correções e reparações, considerando uma irresponsabilidade a “abertura imediata da piscina”. -----

Relativamente à Moção sobre a Quinta do Lavrado e sobre o Bairro Horizonte, referiu que já desde o tempo da antiga Freguesia de São João que tinha havido um enfoque nessas zonas, não de decisores políticos, mas com participação, num modelo de cogovernança, com as entidades locais e com os residentes, através da estrutura da CML chamada GABIB, formada por todos os indicados. Indicou que não era verdade que se tratassem de bairros esquecidos. Concedeu que as intervenções que tinham ocorrido nos bairros não faziam parte de um “grande plano”, encontrando-se a Câmara cheia de “grandes planos” de vinte anos, como o Vale de Chelas, e que depois não acontecia nada, mas o que estava a ser feito era como pequenas peças de um todo, podendo haver alguma dificuldade em perceber como é que aquele puzzle encaixava, mas estavam previstas uma série de intervenções, quer no âmbito do PEDU, quer no âmbito das próprias compensações da instalação da bendita subestação da EDP, com milhares de euros para aqueles dois territórios. Não seria naquele dia, nem no dia seguinte, mas esperava que se comesçassem a ver resultados, havendo necessidade de respeitar os tempos de empreitadas e das aprovações dos projetos. Reforçou a ideia de não ser verdade que tanto a Junta como a Câmara estivessem de costas voltadas para estes dois territórios, havendo trabalho feito, tendo a Junta, os parceiros e a Câmara marcado presença naqueles territórios. Referindo-se ao já indicado pela Senhora Presidente, haviam competências que ultrapassavam a Junta e, por mais que se levasse à consideração das entidades competentes, não era da responsabilidade da Junta de resolver tudo, mas sim de incentivar e tudo fazer para que quem tenha a devida competência também o faça. -----

Relativamente à Moção nº5, referente à revogação do Regime de Arrendamento, causava-lhe algum espanto, ao ser ali colocada, na Assembleia de Freguesia, e estando o PCP a apoiar o Governo, e questionou se seria a Assembleia de Freguesia que iria conseguir, ao aprovar aquela Moção, incentivar o PCP a levá-la a nível nacional,

quando ainda não o tinha feito, sabendo que tanto o PS, como os Partidos que apoiavam o governo do PS, estavam a tomar posições mais moderadas e não tão radicais, como uma revogação completa, para que não houvessem hiatos na questão do Regime de Arrendamento. -----

Em relação às Moções nº6 e 7, apresentadas pelo CDS/PP e pelo PAN, o PS iria votar favoravelmente. -----

Relativamente à Recomendação do CDS/PP para a criação do Cartão Solidário, indicou que, naquele figurino ou outro, a Junta tinha tido a preocupação de criar com aqueles objetivos e, portanto, o PS iria votar favoravelmente. -----

Relativamente à Recomendação sobre o apoio à Família, como a alteração proposta, indicou que também seria votada favoravelmente. -----

Referindo-se às Recomendações nº4 e nº5, referentes a espaços de lazer e recolha seletiva, apresentadas pelo PCP, indicou que havia, em ambas, alguma confusão no que tocava às competências da Junta. Relativamente aos espaços de lazer, cuja planta existia e tinha sido divulgada, o máximo que a Junta podia fazer era manutenção, e não criar novos espaços, competência essa que era exclusiva da Câmara, podendo a Junta propor a criação. O PS concordava com a criação de novos espaços de lazer, mas competia à Câmara criá-los, ao transformar os espaços expectantes, e não à Junta. -----

O mesmo acontecia com a Recomendação nº5, na qual dizia que “a Junta tinha de implementar”, quando era competência da Câmara fazê-lo. Aceitavam o “em conjunto com”, mas o PS solicitava a votação ponto-por-ponto daquela recomendação. -----

Relativamente à Recomendação nº6, apresentada pelo CDS/PP, o PS considerava-a importante, mas admitia que não era possível implementá-la em todos os parques infantis, mas ao bom exemplo e da boa prática da Junta de Freguesia dos Olivais, que já tinha incorporado um dos referidos baloiços para deficientes, e parecia uma muito boa ideia, indo o PS votar favoravelmente. -----

Sobre a Recomendação nº7, referente aos Serviços de Aconselhamento, solicitava a separação da votação, estando o PS de acordo com os pontos 2 em diante, promovendo a luta contra aquele tipo de discriminação, mas o ponto 1 continha elementos que necessitavam de outro tipo de abordagem, indicando que o PS votaria contra aquele

ponto, solicitando, posteriormente, a intervenção da colega de bancada para dar os devidos esclarecimentos sobre o que estava em causa. -----

Relativamente à Recomendação nº8, apresentada pelo PAN, sobre o Pombal, o PS iria votar contra os pontos 1 e 2, estando já prevista a construção de um, sendo da competência da Câmara, e não fazia sentido passar à frente da Câmara, e votaria a favor nos pontos 3 e 4. -----

Relativamente à Recomendação nº9, apresentada pelo PAN, sobre a eliminação da cobrança da taxa, o PS votaria favoravelmente se se entender que a mesma não seria aplicada a todos, uma vez que as fontes de receita da Junta não podiam ser alteradas. Caso a eliminação fosse aplicada em casos sociais reais, o PS votaria favoravelmente, caso fosse aplicável a todos por igual, o PS votaria contra. Haviam situações sociais que já estavam a ser acompanhadas pela Junta e não fazia sentido taxar essas mesmas situações, não se podendo dar com uma mão e retirar com a outra. -----

O Membro do PS, **Fátima Duarte**, saudou os presentes, e indicou que, relativamente à Recomendação nº7, do PAN, gostava de tecer algumas considerações, compreendendo as motivações e a boa intenção subjacente à mesma, encontrando-se todos imbuídos de um espírito de inclusividade e de vontade de tratar as questões de género da melhor forma possível, sendo, para si, uma matéria de especial interesse, a Recomendação tinha levantado sérias questões relativamente à proposta no ponto 1. -----

Estava enunciado no ponto 1, “*Passe a disponibilizar, no posto médico e/ou num gabinete próprio para o efeito e com as devidas condições de privacidade em instalações da Junta de Freguesia, (...), tanto para adultos residentes na Penha de França como para jovens e crianças do Ensino Básico e Secundário da freguesia;*” havendo uma significativa mistura, havendo gabinetes de psicologia clínica direcionados apenas para crianças e jovens, e gabinetes de psicologia clínica para adultos, não se misturando. -----

Havia, também, em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que obrigava à necessidade do consentimento dos pais, representantes legais ou de quem tivesse a guarda de facto, para a discussão de matérias sensíveis aos mesmos, o que significava que para discutir questões de identidade de género, de bullying, ou de

sofrimento psicológico por outra qualquer razão, a criança ou jovem devia ir acompanhado pelo seu progenitor, representante legal ou de quem tivesse a guarda de facto, considerando haver matéria de perigo deverá encaminhar para uma Comissão de Proteção, ou se for um caso de saúde para o Serviço Nacional de Saúde, que era quem tinha as respostas especializadas naquele âmbito. -----

Relembrou que as questões da identidade de género eram muito complexas, que se prendiam não só com questões de identidade de género, mas também com outras questões, nomeadamente o cisgénero, intergénero, distúrbio de identidades de género, entre muitas outras, de acordo com a designação da própria OMS, e eram acompanhadas, tendo serviços de especialização, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Uma Junta de Freguesia não podia substituir-se ao SNS, até dada a especificidade, sendo, tal como já indicado pelo BE, questões de tal forma complexas que careciam de equipas multidisciplinares, e não de um único psicólogo clínico, ainda que especializado para o efeito, carecendo de psiquiatria, e de outros profissionais que, inclusivamente, decidiam e acompanhavam o jovem, ou o adulto, na tomada de posição que poderia passar por uma mudança de género. Todo aquele trabalho era sempre feito por uma equipa multidisciplinar e não por um único profissional. Tinha ficado preocupada aquando da leitura da Recomendação, apesar de compreender a boa intenção, encontrando-se todos em sintonia nesse aspeto, querendo todos o melhor para os fregueses, sendo mais aquilo que os unia do que o que os separava, mas era necessário ter cuidado com as respostas que se propunham, e aquela não podia ser feita naqueles moldes pois podiam criar seríssimos problemas de natureza jurídica e de natureza médica, que podiam levar a situações mais graves. -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia* deu a palavra ao Membro do CDS/PP, Pedro Cardoso, com tempo cedido pelo BE, e seguindo a interpelação à Mesa feita pelo Membro do PSD, Afonso Pereira Costa, indicou que a palavra seria cortada após a conclusão do tempo. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, agradeceu a cedência de tempo ao BE e referiu que quando se falava de conceitos era necessário saber do que se estava a falar. Nesse sentido, desejava situar o PCP, que na sua opinião, teria feito alguma confusão

entre “caridade” e “caridadezinha”. O CDS/PP rejeitava não só a questão da “mão estendida”, mas como a existência de cidadãos de primeira e de segunda, desejando, de facto, uma questão de justiça social, garantindo a todos o acesso aos mesmos bens, independentemente da condição social em que se encontravam. Indicou, também, que não haviam “pobres”, mas sim pessoas em situação de vulnerabilidade. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** deu a palavra ao Membro do PAN, Filipe Pimentel Rações, com tempo cedido pelo PS. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, agradeceu à Bancada do PS pela cedência do tempo, e indicou que tinha compreendido o explanado pelo Membro do PS, Fátima Duarte, mas referiu que a sua Recomendação não se tratava de uma tentativa de substituição do Sistema Nacional de Saúde, mas tratava-se sim de um primeiro ponto de contacto, tal como era feito no Posto Médico, sendo reencaminha para um hospital numa situação mais crítica. Esclareceu que a questão do psicólogo especializado naquela área pretendia apenas a utilização de todos os mecanismos como ponto de primeiro contacto na Freguesia e, mediante análise profissional, encaminhar a criança ou jovem para outros níveis de acompanhamento. -----

Não havendo mais inscrições, a **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** deu a palavra à Junta de Freguesia. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que, relativamente ao processo de regularização de precários, tinham sido abertos dez concursos, encontrando-se seis já na fase final, tendo já sido enviadas as listas finais para publicação na Série II do Diário da República, três encontravam-se na fase de audiência prévia, e o dos cantoneiros, iriam dar início às entrevistas até ao final daquele mês. Queria dar aquela nota uma vez que a mesma não se encontrava na Informação Escrita, constando da mesma todas as restantes informações. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** deu início à votação dos documentos apresentados. -----

– **Saudação n.º1** – apresentada pelo PCP – “**44.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974**” – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida no dia 20 de abril de 2018, delibere: -----

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa; -----

2. Apelar aos eleitos, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos populares; -----

3. Remeter a presente saudação para: Associação Conquistas da Revolução, Associação 25 de Abril e Associação Nacional de Municípios.” -----

– Saudação aprovada por Maioria – Votos a favor: PS, PCP, BE e PAN;
Abstenção: PSD e CDS/PP. -----

O Membro do PSP, **Daniel Oliveira**, lembrou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia da sua prévia solicitação de votar as duas Saudações do BE por pontos. -----

– Voto de Saudação nº2 – Apresentado pelo BE – **“Pela decisão do Município de atribuição gratuita dos manuais escolares aos alunos do 2º e 3º ciclo da escola pública”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“A Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 20 de Abril de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro: -----

1. Saudar a decisão do Município de Lisboa pela decisão da gratuitidade dos manuais escolares para os alunos da nossa cidade até ao 9.º ano e pelo impacto positivo que terá também na vida de várias famílias da Penha de França. -----

2. Enviar o presente Voto de Saudação à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa, ao Ministro da Educação, a todas as Direções das Escolas da Penha de França, a todas as Associações de Pais da Penha de França, a todas as Associações de Estudantes da Penha de França,

e a todos os partidos e Grupos Políticos representados na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

3. *Publicar o presente voto de saudação na próxima edição do Boletim da Junta de Freguesia e no site da Junta de Freguesia.* -----

– **Ponto nº1 – Aprovado por Maioria – Votos a favor:** 8 PS, 3 PCP, 2 BE e 1 PAN; **Votos contra:** 3 PSD; **Abstenção:** 1 PS e 1 CDS/PP. -----

– **Ponto nº2 – Aprovado por Maioria – Votos a favor:** 7 PS e 2 BE; **Votos contra:** 3 PSD, 3 PCP e 1 CDS/PP; **Abstenção:** 1 PS e 1 PAN. – **Utilizado o Voto de Qualidade favorável da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.** -----

– **Ponto nº3 – Aprovado por Maioria – Votos a favor:** 8 PS, 2 BE; **Abstenção:** 1 PS, 3 PSD, 3 PCP, 1 CDS/PP e 1 PAN. -----

– **Saudação nº3 –** Apresentada pelo BE – **“Pela adesão do Município de Lisboa à atribuição automática da Tarifa Social da Água”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“A Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 20 de Abril de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro: -----

1. *Saudar a decisão do Município de Lisboa de aderir à atribuição automática da tarifa social da água, pelo impacto positivo que terá também na vida dos fregueses de Penha de França.* -----

2. *Enviar o presente Voto de Saudação à Câmara Municipal de Lisboa, Ministro do Ambiente à EPAL, à Assembleia Municipal de Lisboa, e a todos os Partidos e Grupos Políticos representados na Assembleia Municipal de Lisboa.* -----

3. *Publicar o presente voto de saudação na próxima edição do Boletim da Junta de Freguesia e no site da Junta de Freguesia.* -----

– **Ponto nº1 – Aprovado por Unanimidade.** -----

– **Ponto nº2 – Aprovado por Maioria – Votos a favor:** PS, PSD, PCP e BE; **Votos contra:** CDS/PP; **Abstenção:** PAN. -----

– **Ponto nº3 – Aprovado por Maioria – Votos a favor:** PS e BE; **Abstenção:** PSD, PCP e CDS/PP; **Abstenção:** PAN. -----

– **Moção nº1** – Apresentada pelo PCP – **“Contra o encerramento de Serviços da Junta de Freguesia da Penha de França”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Os Eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 20 de abril de 2018, propõem que esta delibere: -----

- 1. Repudiar as opções assumidas pelo Executivo da Junta de Freguesia de redução de serviços e apoio à população; -----*
- 2. Exigir que o Executivo da Freguesia da Penha de França encontre soluções que deem resposta eficaz aos problemas acima apresentados. -----*
- 3. A presente moção deverá ser remetida para: Câmara Municipal de Lisboa; Assembleia Municipal de Lisboa; Junta de Freguesia da Penha de França; --*

– **Moção Rejeitada** – **Votos a favor:** PSD, PCP, BE e PAN; **Votos contra:** PS; **Abstenção:** CDS/PP. – **Utilizado o Voto de Qualidade desfavorável da Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.** -----

– **Moção nº2** – Apresentada pelo PCP – **“Pela abertura imediata da Piscina Municipal da Penha de França”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Os Eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 20 de abril de 2018, propõem que esta delibere: -----

Exigir da Câmara Municipal de Lisboa que: -----

- 1. proceda às obras e ações necessárias para garantir a reabertura urgente da Piscina da Penha de França, em plenas condições de operacionalidade, segurança, higiene e conforto; -----*
- 2. formalize o regresso da Piscina à gestão municipal, assegurando a sua disponibilização para usufruto dos utentes em condições ajustadas ao seu perfil económico, etário e social. -----*

Exigir ainda do Executivo da Freguesia da Penha de França que: -----

- 3. Assuma o seu papel na defesa dos interesses da população da Freguesia e formalize junto da Câmara Municipal de Lisboa a sua exigência da necessidade e urgência da abertura da Piscina Municipal da Penha de França. -----*

4. *A presente moção deverá ser remetida para: Câmara Municipal de Lisboa; Assembleia Municipal de Lisboa; a Junta de Freguesia da Penha de França; Associação Centro Cultural e Desportivo Estrelas São João Brito;-*

– **Moção Rejeitada** – *Votos a favor:* PCP e BE; *Votos contra:* PS; *Abstenção:* PSD, CDS/PP e PAN. -----

– **Moção nº3** – Apresentada pelo PCP – **“Pela defesa do bem-estar dos moradores da Quinta do Lavrado”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Assim sendo, os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Penha de França propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária a 20 de abril de 2018, delibere: -----

1. *Repudiar a posição de inação por parte do Executivo da JFPF que tem o dever de lutar pela resolução dos problemas das populações; -----*
2. *Remeter para a CML a presente deliberação, exigindo que tome posição, colocando-se ao lado dos moradores deste Bairro Municipal na luta pelos seus direitos, concretamente no que concerne à tomada de medidas que culminem numa diminuição e/ou eliminação completa das condições a que os mesmos estão sujeitos diariamente; -----*
3. *Apoiar as iniciativas que venham a ser consideradas pelos moradores da Quinta do Lavrado, com vista à resolução do problema.” -----*

– **Moção nº3** – **Aprovada por Maioria** – *Votos a favor:* PSD, PCP, BE, CDS/PP e PAN; *Votos contra:* PS. -----

– **Moção nº4** – Apresentada pelo PCP – **“Saudar o 1º de Maio – Dia do Trabalhador”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 20 de abril de 2018, delibere: -----

1. *Saudar o 1º de Maio e as lutas dos trabalhadores e das populações contra a precariedade, em defesa do emprego, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes – direitos consagrados na Constituição de Abril. -----*

2. Enviar esta Moção para: CGTP, UGT, STAL, STML” -----

– Moção nº4 – Aprovada por Unanimidade; -----

– Moção nº5 – Apresentada pelo PCP – “*Revogação do Regime de Arrendamento Urbano aprovado pela Lei nº31/2012, de 14 de agosto*” – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 20 de abril de 2018, delibere: -----

1. Exigir à Assembleia da República a Revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto que aprovou o Novo Regime de Arrendamento Urbano, com exceção dos seguintes diplomas: -----

a) O Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados e republicado nos termos do artigo 7.º da Lei nº43/2017, de 14 de junho; -----

b) O artigo 2.º da Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, que altera os artigos 1072.º e 1103.º do Código Civil; -----

c) A Lei nº 42/2017, de 14 de junho, que estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social; -----

E conseqüentemente, -----

2. Que seja repristinado o Regime de arrendamento Urbano em vigor à data da entrada em vigor da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto; -----

3. Dar de imediato início aos trabalhos para aprovação de um Novo Regime de Arrendamento Urbano que contribua para suprir as necessidades habitacionais da população; -----

4. Estabelecer um regime transitório que disponha que aos processos pendentes em tribunal ou não resolvidos definitivamente, bem como aos contratos que transitaram para o NRAU por força da entrada em vigor deste diploma, seja aplicável a lei mais favorável aos arrendatários; -----

5. Remeter a presente moção para: -----

- Assembleia da República; -----

- *Grupos Parlamentares dos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República;* -----
- *Primeiro-Ministro.*” -----

– **Moção nº5 – Rejeitada – Votos a favor:** PCP; **Votos contra:** PS, PSD e CDS/PP;
Abstenção: BE e PAN; -----

– **Moção nº6** – Apresentada pelo CDS/PP e pelo PAN – “**Por uma maior proximidade entre a esfera política e a população da Penha da França**” – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Nesse sentido, as bancadas do CDS-PP e do PAN propõem que a Assembleia de Freguesia delibere: -----

- a) Adicionar, na página do site da Junta de Freguesia em que é divulgada a composição da Assembleia, incluindo a Mesa da Assembleia de Freguesia, fotografias e endereço de correio eletrónico dos eleitos (caso estes assim o desejem), a fim de promover um canal direto de comunicação entre os cidadãos da Penha de França e os eleitos;* -----
- b) Criar endereços de correio eletrónico oficiais para os Membros da Assembleia de Freguesia, à semelhança do que acontece na Assembleia Municipal de Lisboa, de acordo com a seguinte formulação: **nome.apellido.partido@af-penhafranca.pt;*** -----
- c) Publicar online, na secção do site da Junta de Freguesia que é adstrita à Assembleia de Freguesia, todos dos documentos políticos apresentados em sessão de Assembleia de Freguesia pelas várias forças políticas nesta secção do site, promovendo a transparência e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos eleitos;* -----
- d) Divulgar, nos espaços da freguesia destinados a esse fim, uma lista com a composição da Assembleia de Freguesia, incluindo nomes, organização política, endereço de correio eletrónico e fotografia dos eleitos.”* -----

– **Moção nº6 – Aprovada por Unanimidade** -----

Foi solicitado pelo PSD que a votação ponto-por-ponto da seguinte Moção. -----

– **Moção n.º7** – Apresentada pelo BE – **“Pela adoção de medidas de emergência face à iminência de expulsão de residentes na freguesia de Penha de França”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“A Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida em 20 de abril de 2018, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9.º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro: -----

- 1. Reafirmar a urgência de mudanças legislativas que protejam devidamente os inquilinos e impeça processos de gentrificação como os que estamos a assistir em Lisboa, nomeadamente quanto à saída forçada das populações com menos rendimentos e o fecho do pequeno comércio; -----*
- 2. Sublinhar igualmente a urgência de medidas imediatas no sentido de parar os despejos, nomeadamente através da revogação do balcão de arrendamento; ----*
- 3. Estabelecer medidas que garantam uma maior estabilidade dos contratos e a limitação do aumento das rendas progressivo e com teto máximo; -----*
- 4. Sendo aprovada, esta moção será enviada ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-ministro, à Secretária de Estado da Habitação, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, assim como à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Lisboa. -----*

– **Ponto n.º1** – **Aprovado por Maioria** – **Votos a favor:** PS, PCP e BE; **Abstenção:** PSD, CDS/PP e PAN; -----

– **Ponto n.º2** – **Aprovado por Maioria** – **Votos a favor:** PS, PCP, BE e PAN; **Votos contra:** PSD e CDS/PP; -----

– **Ponto n.º3** – **Aprovado por Maioria** – **Votos a favor:** PS, PCP, BE e PAN; **Abstenção:** PSD e CDS/PP; -----

– **Ponto n.º4** – **Aprovado por Unanimidade;** -----

– **Recomendação n.º1** – Apresentada pelo CDS/PP – **“Criação de Cartão Penha Solidária”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“O eleito do CDS-PP propõe à Assembleia de Freguesia da Penha de França que recomende ao Executivo da Junta de Freguesia: -----

- *A criação do cartão "Penha Solidária" com descontos imediatos, no comércio local, em produtos maternos, infância, farmácia, produtos de apoio a pessoas idosas, alimentação e veterinário para animais de companhia." -----*
- **Recomendação nº1 – Aprovada por Maioria – Votos a favor:** PS, PSD, BE, CDS/PP e PAN; **Votos contra:** PCP; -----
- Foi solicitado, pelo PSD, que a votação ponto-por-ponto da seguinte Recomendação.
- **Recomendação nº2 – Apresentada pelo CDS/PP – “Complemento às Famílias” –** cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----
- “Vem a bancada do CDS-PP propor à Assembleia de Freguesia da Penha de França que recomende ao Executivo da Junta de Freguesia: -----*
- a) Protocolar com as entidades que operam na freguesia para extensão das respostas sociais de centro de dia e apoio domiciliário, na oferta de serviços e no alargamento de horários, facilitando, assim, por exemplo, a inclusão de Pessoas com Demência; -----*
- b) Estudar a possibilidade da criação de uma unidade de descanso do cuidador. ---*
- **Ponto nº1 – Aprovado por Maioria – Votos a favor:** PS, PCP, BE, CDS/PP e PAN; **Abstenção:** PSD; -----
- **Ponto nº2 – Aprovado por Unanimidade;** -----
- **Recomendação nº3 – Apresentada pelo PCP – “Pela dignificação do Bairro Horizonte” –** cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----
- “Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Penha de França propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em 20 de abril de 2018, delibere recomendar à Junta de Freguesia: -----*
- 1. Tomar medidas urgentes no sentido de resolver os problemas identificados; -*
- 2. Promover a construção de um parque infantil; -----*
- 3. Assumir o seu papel na defesa dos interesses da população residente e promover a sua efetiva inclusão na Freguesia da Penha de França. -----*
- **Recomendação nº3 – Aprovada por Maioria – Votos a favor:** PSD, PCP, BE, CDS/PP e PAN; **Votos contra:** PS; -----

– **Recomendação nº4** – Apresentada pelo PCP – “**Pela defesa dos Espaços de Lazer da Freguesia da Penha de França**” – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Assim, tendo em conta que a freguesia da Penha de França dispõe de uma malha urbana intensa e, como anteriormente referido, de uma falta de aproveitamento por toda a freguesia dos espaços que poderiam realmente configurar espaços de lazer, ao serviço da população, os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Penha de França propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida em 20 de abril de 2017, delibere recomendar à Junta de Freguesia: -----

- *Seja efetuado um levantamento das necessidades de todos os espaços de lazer apresentados (Boletim “Penha” - agosto 2017), procedendo oportunamente à sua reestruturação, manutenção e reforço da envolvente, com a criação de espaços verdes de uma forma concertada e continuada, composto por espécies vegetais autóctones;” -----*

– **Recomendação nº4 – Aprovada por Maioria – Votos a favor:** PSD, PCP, BE, CDS/PP e PAN; **Votos contra:** PS; -----

– **Recomendação nº5** – Apresentada pelo PCP – “**Por uma eficaz recolha de resíduos**” – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Assim sendo, tendo em conta as necessidades da população da freguesia, indo no sentido de um aumento da sustentabilidade de exploração destas matérias-primas não podendo aceitar as respostas dadas aos requerimentos que o PCP apresentou relativos a estas matérias, nos quais a JFPF indica que os dois pontos de recolha de óleos alimentares utilizados (no Pólo da Rua Eduardo Galhardo e no Mercado de Sapadores, este último apenas disponível em dias úteis, entre as 8h00 e as 14h00) e os sete pontos de recolha de pilhas existentes são suficientes para suprir esta necessidade por parte de toda a população da freguesia, os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia da Penha de França vêm por este meio recomendar à JFPF que: -----

1. *Estude e implemente, em conjunto com a CML, a instalação de pontos de recolha de resíduos de cortiça, nomeadamente junto a ecopontos, incorporando-os na rede de recolha seletiva, junto de estabelecimentos de restauração, de ensino, do mercado de sapadores, postos de higiene urbana e coletividades; ----*

2. *Estude e implemente, em conjunto com a CML, a expansão da oferta de pontos de recolha de óleos alimentares, dada a oferta manifestamente insuficiente para a população da freguesia;* -----
3. *Estude e implemente, em conjunto com a CML, a expansão da oferta de pontos de recolha de pilhas, "pilhões", de modo a integrarem a rede já disponível de ecopontos, incorporando-os na rede de recolha seletiva atualmente existente;* ---
4. *Estimule iniciativas junto das escolas da freguesia, no sentido da sensibilização e da promoção destes resíduos seletivos enquanto recicláveis, incentivando a sua recolha para reciclagem;* -----
5. *Seja incluído no boletim mensal da Junta de Freguesia da Penha de França um campo que sensibilize para esta temática, reforçando a importância da entrega destes resíduos diretamente nos seus pontos de recolha."* -----

– **Recomendação nº5 – Aprovada por Unanimidade;** -----

– **Recomendação nº6** – Apresentada pelo CDS/PP – **“Parque Infantil Inclusivo”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Vem a bancada do CDS-PP propor à Assembleia de Freguesia da Penha de França que recomende ao Executivo da Junta de Freguesia: -----

- *a incorporação de um baloiço adaptado no parque infantil existente,* -----

– **Recomendação nº6 – Aprovada por Unanimidade;** -----

Foi solicitado pelo PS que o Ponto nº1 da seguinte Recomendação fosse votado separadamente. -----

– **Recomendação nº7** – Apresentada pelo PAN – **“Pela disponibilização de serviços de aconselhamento e acompanhamento psicológico especializado em matérias de identidade de género, orientação sexual e características sexuais”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Com base nas considerações acima expostas, o Pessoas - Animais - Natureza recomenda à Junta de Freguesia da Penha de França, na Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia do dia 20 de abril de 2018, que: -----

1. *Passe a disponibilizar, no posto médico e/ou num gabinete próprio para o efeito e com as devidas condições de privacidade em instalações da Junta de*

Freguesia, consultas de acompanhamento e aconselhamento psicológico especialmente orientado para questões relacionadas com identidade de género e/ou orientação sexual, tanto para adultos residentes na Penha de França como para jovens e crianças do Ensino Básico e Secundário da freguesia; -----

- 2. Realize, junto das Escolas da freguesia da Penha da França, sessões de esclarecimento, com o apoio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a sua rede de parceiros, sobre questões relacionadas com orientação sexual, identidade de género, violência no namoro, bullying/intimidação, respeito e aceitação pela diversidade e pelo Outro; -----*
- 3. Desenvolva um canal de comunicação próximo, dinâmico e recíproco com as autoridades policiais locais, através do pelouro do Desenvolvimento Social, a fim de se criar uma imagem mais nítida dos comportamentos discriminatórios perpetrados na freguesia, bem como as faixas etárias em que esses mais intensamente se manifestam, com o objetivo de serem coordenadas respostas mais eficazes no combate à discriminação com base em identidades de género, orientação sexual e características sexuais; -----*
- 4. Assegure a devida implementação e desenvolvimento da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 "Portugal + Igual", designadamente o "Plano de Combate à Discriminação em razão da orientação sexual, identidade do género e características sexuais"; -----*
- 5. Promova, na freguesia da Penha de França, uma cultura de aceitação e respeito pela Diversidade, um fator catalisador da transformação civilizacional e de consciências, e um elemento essencial à erradicação da intolerância e da discriminação." -----*

– Ponto nº1 – Rejeitado – Votos a favor: BE e PAN; **Votos contra:** PS, PSD e PCP;
Abstenção: CDS/PP; -----

– Pontos nº2, 3, 4 e 5 – Aprovados por Unanimidade; -----

Foi solicitado pelo PS que a votação da seguinte Recomendação fosse feita agregando a votação dos pontos 1 a 3 e separadamente a votação do ponto 4. -----

– **Recomendação nº8** – Apresentada pelo PAN – **“Instalação de Pombal contracetivo na Penha de França”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Com base nas considerações acima expostas, o Pessoas-Animais-Natureza recomenda à Junta de Freguesia da Penha de França, na Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia do dia 20 de abril de 2018, que: -----

1. Proceda à implementação do seu próprio pombal contracetivo na freguesia; ----
2. A implementação do pombal contracetivo esteja concluída até ao final do presente ano de 2018, pois o adiamento da operacionalização desta medida apenas agravará o problema da sobrepopulação de pombos na freguesia e de todos os aspetos nefastos inerentes a este fenómeno; -----
3. Considere implementar o pombal contracetivo na parte oriental da Alameda D. Afonso Henriques, no jardim situado no topo da Fonte Luminosa; -----
4. Promova campanhas de esclarecimento e sensibilização da população relativamente à implementação e funcionamento do pombal contracetivo, designadamente, pela importância de assegurar que a alimentação dos animais é seja feita neste local, promovendo assim o sucesso e eficácia do projeto.” -----

– **Pontos nº1, 2 e 3 – Rejeitados – Votos a favor:** CDS/PP e PAN; **Votos contra:** PS, PSD e PCP; **Abstenção:** BE; -----

– **Ponto nº4 – Aprovado por Maioria – Votos a favor:** PS, PSD, BE, CDS/PP e PAN; **Votos contra:** PCP; -----

– **Recomendação nº9** – Apresentada pelo PAN – **“Eliminação da cobrança das taxas de registo e licenciamento de Canídeos e Felídeos da Penha de França”** – cuja parte deliberativa constava do seguinte: -----

“Tendo em conta as considerações acima expostas, o Pessoas-Animais-Natureza recomenda à Junta de Freguesia da Penha de França que: -----

1. Elimine, até ao final de 2018, a cobrança das taxas de registo e licenciamento de cães e de gatos cujos proprietários comprovem que residem na freguesia da Penha de França; -----
2. Promova ações de sensibilização da população para a importância e obrigatoriedade do registo e licenciamento de cães e de gatos, porventura,

em estreita colaboração com a Comissão Local do Bem-Estar Animal da Freguesia da Penha de França e respetivos Grupos de Trabalho; -----

- 3. Estabeleça protocolos de parceria com clínicas veterinárias ou profissionais individuais, de forma a tornar gratuita a vacina antirrábica para os cidadãos residentes na Penha de França, até ao final de 2018, obrigatória para o registo, licenciamento e circulação na via pública de cães e de gatos; -----*
- 4. Desmaterialize os meios de registo e licenciamento, permitindo que os mesmos possam passar a ser efetuados e/ou solicitados via online.” -----*

– Recomendação nº9 – Aprovada por Maioria – Votos a favor: PS, PCP, BE e PAN; **Votos contra:** PSD; **Abstenção:** CDS/PP; -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** indicou que se encontravam abertas as inscrições para as Declarações de Voto. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, indicou que o CDS/PP se tinha absterido na votação da Moção nº2, apresentada pelo PCP, não por estar em desacordo com a mesma, mas por considerar precipitada a sua apresentação da mesma uma vez que a própria Comissão estava a trabalhar para encontrar mecanismos e toda a informação que pudesse ser disponibilizada por todos os intervenientes. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, referiu que o PSD se tinha absterido na votação da Saudação nº1, uma vez que o seu pedido de remoção de um dos “considerandos” não tinha sido acedido. -----

Relativamente à Recomendação sobre a Piscina, o PSD fazia suas as palavras do CDS/PP, sendo a opinião do PSD de que a Piscina devia regressar à esfera Municipal, mas sendo gerida pela Junta de Freguesia. -----

Relativamente à abstenção do PSD na votação do ponto 1 da Recomendação nº2, apresentada pelo CDS/PP, indicou que a única razão se prendia com a falta de explicação, da parte do CDS/PP, relativamente à assinatura dos protocolos e quais os custos que tais protocolos trariam para a Junta. -----

Relativamente à votação da Saudação nº2, remetia as suas razões para o já enunciado durante o debate sobre a própria Saudação e pela razão de que para o PSD os livros

deveriam ser dados a todos os estudantes, e não apenas aos estudantes do ensino público. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, relativamente à Recomendação nº1, apresentada pelo CDS/PP, tendo o BE votado favoravelmente, indicou que a mesma constituía um alargamento em relação aos apoios já existentes, tendo alguns já sido propostos em Mandatos anteriores, tendo, provavelmente, chegado àquela situação por políticas do anterior Governo e do Governo da “Troika”. -----

Relativamente à Recomendação nº8, relativa à instalação do pombal contraceutivo, o BE tinha-se absterido na votação uma vez que já estava previsto ser implementado pela CML, podendo aquela medida entrar em redundância. -----

----- PONTO NÚMERO QUATRO -----

– Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de 1 de novembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 e Informação Financeira de 1 de janeiro a 28 de fevereiro de 2018 -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, colocou-se à disposição dos Membros da Assembleia para todos os pedidos de esclarecimento de dúvidas que entendessem necessários. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, indicou que pretendia deixar apenas duas questões, na ótica da gestão financeira, que preocupavam bastante o PSD, com valores indicados nos compromissos de pagamento. -----

Referiu que o PSD já tinha alertado que a Informação Financeira deveria ser dada até ao final do mês, compreendendo alguma dificuldade da parte dos Serviços, mas limitava a avaliação, passando quase dois meses, e ficavam sem saber ao certo como estavam as situações, mas os compromissos de pagamento eram bastante avultados, encontrando-se na casa dos €780.000,00, sendo que o grau de receita, que já tinha atingido os 18% naquela altura, andava pelos €500.000,00, a Junta já se encontrava com um resultado líquido negativo o início do ano, em cerca de €200.000,00. Mesmo com a transposição do saldo de gerência, com os seus €300.000,00, e se aquela situação não fosse travada e não tivesse qualquer tipo de alteração, calculado que o Executivo tivesse a capacidade

de fazer um gestão normal e recorrente das situações, mas se fosse linear chegariam ao final do ano com Saldo de Gerência negativo a rondar €1.000.000,00. -----

A sua questão que deixava era mais um alerta do que propriamente uma questão, até porque feita uma análise, rúbrica a rúbrica, notavam-se cerca de €150.000,00 a €200.000,00 alocados a considerações de obras e o remanescente era referente a custos fixos, compromissos e pagamentos de salários da Junta de Freguesia, mas a situação era preocupante e poderia pôr em risco a própria atividade da Junta. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, relativamente à informação sobre os Cabazes de natal, a Informação Escrita, e uma vez que não se considerava esclarecido, indicava a criação de 467 Cabazes de Natal e atribuídos 417, entre 18 e 21 de dezembro, tendo outros 21 sido entregues durante o mês de janeiro, tendo os restantes, imaginava, sido entregues à Mercearia Social. Indicou que havia alguma discrepância nos números apresentados, tendo em conta a resposta ao Requerimento formal do PAN, que indicava o benefício a 1126 fregueses, em oposição aos 1054 indicados na Informação Escrita. Questionou o Executivo relativamente àquela discrepância. -----

Relativamente à Mercearia Social, questionou, em primeiro lugar, se a mesma iria alguma vez abrir, e quando iria abrir, uma vez que tanto o PAN como outras Forças Políticas tentaram fazer uma visita estava sempre fechada. Pela descrição da própria função da Mercearia, a mesma deveria ser um local onde os fregueses pudessem adquirir produtos, e se assim não fosse havia que reformular o nome e função da mesma. -----

Relativamente ao Bem-estar Animal, referiu o estabelecimento de uma parceria com a Coolvet, e dado que não tinha havido nenhum protocolo escrito, questionou sobre quais os moldes em que tinha sido feita e que garantias tinham sido dadas, para poder perceber o funcionamento da mesma. Questionou, também, sobre a inexistência de ações da Animais de Rua, nomeadamente se não tinham havido ações ou se teria existido uma cessação da parceira. -----

Relativamente à Proteção Civil, a Informação Escrita indicava a realização de diversas ações, e tendo em conta o crescente destaque nas prioridades da Junta naquela

área, questionou se a Junta iria criar, e dinamizar, as Unidades Locais de Proteção Civil, previstas na Lei nº27/2006, de 3 de julho. -----

O Membro do PCP, **Carlos Tibúrcio**, saudou os presentes e indicou que na informação sobre Desporto, não constava uma única atividade realizada que envolvesse as Coletividades da Freguesia, como seria desejável, mas tinha havido, no entanto, um debate sobre o vídeo-arbitro, algo que iria, certamente, dar imenso apoio às Coletividades a implementar o desporto na Freguesia. -----

O Membro do PSD, **Jorge Neves**, reforçou a sua prévia indicação da falta do pilarete junto à Junta de Freguesia, e indicou que, quando chovia, os carros patinavam no acesso à Rua Marques da Silva. -----

Questionou se de facto a Junta tomava as devidas notas das ocorrências feitas através do IPenha, uma vez que eram dadas como resolvidas situações que na realidade não estavam. -----

Sobre a situação do pilarete que tinha indicado, informou que tinha dado essa indicação a um elemento da Junta em fevereiro, e só na semana anterior é que tinham ido tapar, provavelmente porque saberiam que ele iria levantar novamente a questão. ---

Questionou se a Junta de Freguesia já tinha tomado alguma ação em relação à situação do Café “*Flor do Minho*”, nomeadamente ao cheiro das sargetas no período de calor, sabendo que já se tinham lá deslocado fiscais, e questionou também sobre o empossamento da água, quando chovia – como era o caso daquele dia – na estrada, derivado ao entupimento das sargetas. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, gostava de tecer algumas considerações relativamente à Informação Escrita. -----

Relembrou que já na Sessão anterior tinha sido referida a falta de indicação sobre a Piscina da Penha de França, o que se verificava novamente, mas sabia que naquele mesmo dia tanto a Junta como a Câmara tinham sido notificadas para uma vistoria à Piscina, tendo a Câmara recusado e a Junta remetendo-se ao silêncio. O CDS/PP não compreendia qual era o papel da Junta de Freguesia naquela matéria, e solicitava esclarecimentos sobre o assunto e sobre o porquê do desperdício daquela oportunidade de vistoria. Referiu também que a Senhora Presidente da Junta era, por inerência,

Deputada Municipal, e poderia exercer alguma pressão ou algum trabalho que fosse público, não compreendendo a remissão ao silêncio. -----

O CSD/PP tinha conhecimento do pedido da chave ao local para limpeza, mas o local não se encontra limpo, o que também não entendia. -----

O CDS/PP não compreendia a ligeireza de tratamento do assunto “Piscina”, com remissões ao silêncio e lamentava a ausência da Junta na vistoria, corroborando, com a sua ausência, com a opinião da Câmara Municipal. -----

Relativamente ao Mercado de Sapadores, o CDS/PP considerava pobre a informação prestada, desconhecendo a intenção de revitalização do espaço e desconhecendo o futuro daquele espaço, se era para ter vida ou se os comerciantes iriam para continuar a padecer de uma situação de sufoco. -----

Questionou, por uma questão de esclarecimento, a data de lançamento do Programa “Penha Repara”, uma vez que havia uma grande diferença entre “*apoiar nove famílias em três meses*” e “*apoiar nove famílias num mês*”. -----

Inquiriu, também sobre a existência de um Regulamento para o Programa de Transporte Solidário, questionando quem tinha acesso ao mesmo, quem se podia inscrever e quais as condições para poder beneficiar do mesmo. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, relativamente à área do Ambiente Urbano, o ponto 1 da Informação escrita, e tendo em conta a substituição dos jardineiros, e uma vez que não havia qualquer indicação, questionou quem estava a suprir as necessidades da Junta de Freguesia. -----

Sobre o Bem-estar Animal, nomeadamente sobre os “*pedidos de ajuda de famílias para a doação de animais causada por diversos tipos de incapacidade*”, e tendo em conta a existência da Bolsa Solidária Animal, questionou o porquê de essas famílias não terem sido encorajadas a manter o animal, com o apoio daquela bolsa, em vez de o terem dado para adoção. Questionou o propósito da Bolsa Solidária Animal e quais os critérios de atribuição de alimentos àquelas famílias, caso existissem esses mesmos critérios. -----

Tendo em conta a celebração de uma parceria com o Hospital Veterinário do Arco do Cego, uma vez que não existia nenhuma Unidade Veterinária Hospitalar na Freguesia,

questionou os parâmetros desse mesmo protocolo, solicitando a remissão desse mesmo protocolo aos Membros da Assembleia de Freguesia para perceber a sua viabilidade. ----

Na mesma informação sobre o protocolo, lia-se que tinha sido *“fechada a possibilidade de os animais encaminhados pela Junta de Freguesia poderem ser vacinados pelo valor de compra das vacinas, sem valores acrescidos como é prática em outros veterinários”*. Relativamente a esta afirmação, indicou que os valores cobrados eram justos e corretos, transmitindo o texto uma ideia de uma prática de todos os médicos veterinários era cobrar um valor acrescido. Esclareceu que o ato de vacinação não era apenas um ato de *“espetar uma vacina”*, mas sim um ato médico-veterinário, sendo necessário efetuar um exame objetivo ao animal e que o animal não tinha doenças antes de vacinar, uma vez que um animal doente comprometia a eficácia da vacinação, sendo essa avaliação competência do médico veterinário que demorava tempo e que exigia recursos e formação e que não iria ser cobrado à Junta. Era um ato bom exemplo de voluntariado, mas que no texto dava má imagem de valores acrescidos a serem cobrados. -----

Relativamente ao ponto 5 da Informação Escrita, referente ao Desenvolvimento Social e Saúde, achava curioso que aparecesse trinta e três vezes a palavra “reunião”, mas que palavras como “fizemos” ou “realizamos” não aparecessem uma única vez, tendo sido o conteúdo daquela informação sido lido pela Vogal na sua Reunião com a Comissão Permanente de Desenvolvimento Social e Saúde, tornando-se assim redundante sem que mostrasse o que tinha sido realmente feito por aquele pelouro, sendo necessário, na sua opinião, repensar o funcionamento daquele pelouro dado que de novembro a fevereiro não se via nada feito, sendo um pelouro que, de certeza, teria uma intervenção muito importante na Freguesia, crendo que não se encontrava parado. -

Sobre os Cabazes de Natal, solicitou um esclarecimento, e uma vez que tal como ouvido na Sessão Extraordinária, tinham sido deitados no lixo alguns cabazes, e gostava de compreender a veracidade da afirmação e da situação. -----

O Membro do PCP, **Anabela Vogado**, saudou os presentes, e referiu-se à agenda do Desenvolvimento Social, em três páginas, sem que fosse dada informação, objetivos e conclusões das reuniões tidas, referiu que acreditava que teria sido de maior interesse

para todas informações sobre o que realmente tinha sido feito em vez das datas em que tinham ocorrido as reuniões. -----

Relativamente ao Programa “Penha Liga”, indicou que era referido que o projeto era desenvolvido por uma equipa de técnicos especializados, e tanto quanto lhes tinha sido dito havia uma enfermeira, e uma enfermeira não fazia uma “equipa de técnicos especializada”. Solicitou esclarecimentos sobre a referida equipa e sobre quem eram os técnicos especializados que estavam no projeto. -----

Relativamente à caixa sinalizadora que se previa que estivesse disponível, naquele mês de abril, nas várias farmácias, Centros de Saúde e parceiros da Junta, na opinião do PCP, aquelas caixas representavam um perigo para as pessoas sinalizadas. O PCP não era contra a sinalização das pessoas, mas era da opinião de que essa sinalização devia ser feita nas estruturas da Junta e não espalhadas pela Freguesia, sujeitas a que qualquer pessoa lhes deitasse a mão e que tomasse contacto com todo um conjunto de moradas e com pessoas que se sentiam vulneráveis e sozinhas em casa. O perigo que se corria era o oposto do que o que se pretendia. -----

Referindo-se ao Posto Médico da Junta, que tinha encerrado no dia dezasseis de fevereiro, lamentou que não tivessem sido tomadas medidas de informação à população, tendo o PCP constatado, no dia dezanove, um conjunto de pessoas que desconheciam em absoluto que o Posto Médico se encontrava encerrado, incluindo fregueses com ficha clínica aberta, sem que tivessem até àquela data recebido qualquer informação, da parte da Junta, sobre o encerramento do Posto e sobre a suspensão dos serviços. -----

Solicitou à Senhora Presidente da Junta que precisasse a sua prévia afirmação, “*se a Mercearia Social estivesse aberta as coisas desapareceriam*”, pois tal afirmação ou colocava em causa o trabalhador da Junta ou partia do estereótipo de que os moradores da Quinta do Lavrado tinham cola nas mãos, uma vez que estando aberta não se encontrava sozinha para que qualquer pessoa se pudesse lá ir servir. -----

O Membro do PSD, **Jorge Neves**, indicou que o local onde a Junta pretendia reinstalar o Posto Médico – as antigas instalações da Refood – não tinha quaisquer condições para a instalação das especialidades médicas. Solicitou um esclarecimento sobre o assunto. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, admitia os problemas logísticos da Junta de Freguesia, dadas as circunstâncias, e indicou que as Forças Políticas também ali se encontravam para dar um empurrão na procura de soluções. -----

Relativamente ao Espaço Nova Atitude, era indicado na Informação Escrita que dinamizava atividades, mas aquando a visita do PCP ao Ena não haviam atividades nenhuma a acontecer, mas tinha conhecimento de um novo projeto – o Penha Gerações – que iria iniciar e teriam todo o gosto em conhecê-lo e os moldes em que se iria processar, parecendo a ideia inter-geracional do projeto interessante ao PCP, mas dado o público-alvo inicial, e mais crítico – as crianças e jovens –, não via nenhuma solução naquele espaço, nem havia, naquele momento, qualquer grau de envolvimento, e classificava como manifestamente insuficiente a resposta para crianças e jovens, não achando salvaguardada toda uma componente de acompanhamento e de ocupação de tempos livres, tendo o Espaço sido inicialmente criado para aquilo mesmo. Compreendia que naquele momento o Espaço tivesse de receber uma série de valências, dados os problemas de infraestruturas, mas desejava que fossem encontradas respostas.-

Referiu que parecia existir uma estagnação na ação da Junta de Freguesia, constatada na Informação Escrita que classificou como “fraquinha” em comparação aos padrões a que tinham sido já habituados. Concordou que havia bastante documentação para ler e analisar, mas a utilização de três páginas para descrever reuniões cujo objetivo se desconhecia não era interessante de saber. Indicou que não havia qualquer necessidade de descrever o funcionamento básico e normal de um pelouro e que, apesar de encher e fazer parecer que havia muita coisa a acontecer, eram nulas e nada relevantes. -----

Do ponto de vista da Gestão Territorial, também tinha verificado a existência de muitos projetos, estudos e diagnósticos, sabendo bem que em alguns casos era necessário um acompanhamento da Junta de Freguesia, mas tirando esses também não havia nada a acontecer. Solicitou um esclarecimento sobre a componente técnica e de engenharia que estava por detrás do “acompanhamento do projeto de alteração da passeira na Rua Jacinto Nunes”, e denotou a pouca atividade e a pouca melhoria que parecia ao PCP estar a haver no Espaço Público na Freguesia. -----

Referindo-se à parte do Associativismo, onde estava indicada a renovação e criação de novos Protocolos, algo que a Assembleia desconhecia, uma vez que os mesmos tinham de ser apresentados. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, dado o adiantado da hora e os Pontos da Ordem do Dia ainda em falta, indicou que iria responder o mais sinteticamente possível. -----

Indicou que a Junta se encontrava atenta e que jamais colocaria em causa a solvabilidade financeira, mas tomava boa nota da advertência feita pelo PSD. -----

Relativamente aos cabazes de natal, indicou que os mesmos eram atribuídos por agregado familiar, havendo uma diferença entre o número de cabazes criados e o número de beneficiários. Havia, também, uma diferença entre o número de pessoas contactadas e as que tinham efetivamente vindo levantar os cabazes, daí as discrepâncias e a dilação na entrega dos cabazes, tendo-se transformado os que não foram entregues em bens para a Mercearia Social. -----

Referiu que como era normal naquele tipo de estruturas, a Loja Social Troca Amiga e a Mercearia Social, não se encontravam abertas ao público, funcionando em rede com outras lojas parceiras da Cidade, havendo um contacto entre lojas para a troca de bens existentes e indicou que o desaparecer de artigos tinha exclusivamente a ver com a possibilidade de furtos e roubos, tendo já existido algumas tentativas de assalto, abrindo apenas quando as pessoas lá vão recolher os bens. Informou que o conceito daquelas valências não consistia em estarem abertas ao público, mas que era feita uma avaliação socioeconómica das famílias de acordo com o afixado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e no âmbito do funcionamento da Comissão Social de Freguesia, não existindo a duplicação de apoios nem a atribuição de apoios a casos de agregados familiares que não reunissem as condições para deles beneficiarem. O mesmo princípio era aplicado a qualquer tipo de apoios, nomeadamente a Bolsa Solidária Animal, sendo exceção o FES, que tinha um Regulamento próprio e ainda mais apertado do que o exigido pela SCML. Indicou que quem acorresse tanto nos seus atendimentos como aos atendimentos do pelouro do Desenvolvimento Social eram sempre encaminhamentos para a SCML, para as Assistentes Sociais, com uma marcação feita pela Junta de

Freguesia, para a constituição de um processo social, sem o qual não há qualquer tipo de atribuição de apoios, à exceção de casos de emergência. Esclareceu que o critério era sempre aquele, era feita a avaliação dos rendimentos do agregado familiar e da condição socioeconómica das famílias. -----

Relativamente à questão do Hospital Veterinário, indicou que era apenas uma parceria, e não um protocolo, e quando as associações que faziam os programas de esterilização apanhassem animais que necessitassem de um tratamento mais diferenciado do que o providenciado por um consultório médico, a parceria garantia que a Junta não seria tratada como uma entidade qualquer, ou cidadão individual, sendo cobrado um valor mais reduzido por estar a Junta a colaborar com as associações. -----

Relativamente à Animais de Rua, informou que a Associação tinha menos implantação na Freguesia, e logo muito menos intervenção do que o Movimento de Esterilização dos Gatos, tendo sido feita uma parceria a propósito do livro que lançaram, tendo ido às escolas sensibilizar as crianças para a questão de não maltratarem os animais, mas tinha, efetivamente, menos atividade que o MEG, sendo essa a razão pela qual o Protocolo tenha chegado ao seu termo e não tenha sido renovado. A Junta continuava a colaborar pontualmente com a Animais de Rua sempre que eram encontradas colónias e feitas esterilizados animais. -----

Relativamente à Proteção Civil, o que tinha sido pugnado durante anos, e do qual o Membro do PSD, Jorge Neves, era testemunha, era que fosse a Câmara Municipal a ministrar a formação básica necessária aos voluntários para que daí pudessem ser constituídos os núcleos baseados na Freguesia, sendo isso que estava, paulatinamente, a ser começado a construir, lamentando que tenha demorado tanto tempo a realizar, não por falta de interesse e insistência da Junta mas sim por falta de comparência da Câmara Municipal. -----

Relativamente ao Desporto, uma questão que já tinha sido amplamente debatida, mas referiu que, infelizmente, muitas vezes as Coletividades e Associações da Freguesia tinham, naquele momento, pouca atividade desportiva, não podendo ser colocada na Informação Escrita algo que não existia, existindo apenas o que era apoiado pela Junta de Freguesia, não sendo a Junta alheia a todo o restante fenómeno desportivo, tendo

achado bom, em termos de atualidade desportiva, debater a questão do vídeo-arbitro, não parecendo ao Executivo que o fenómeno do Futebol – um fenómeno de massas – fosse um anátema sobre o desporto em geral, e se isso fosse uma forma de trazer pessoas às Coletividades e, de alguma forma, pusessem as Coletividades a mexer e incentivarem a prática de desportiva a nível local, o Executivo não via mal nenhum nisso. -----

Indicou que o IPenha se encontrava a funcionar, tomando boa nota das questões colocadas, e admitindo que poderiam haver erros na classificação ou encerramento das ocorrências, como era comum acontecer em coisas que tivessem intervenção humana. --

Relativamente à situação da Rua Marques da Silva, informou que há existia um projeto concluído, encontrando-se a aguardar o parecer da Câmara Municipal e da EMEL, concordando com a opinião demonstrada. -----

Relativamente à Piscina da Penha de França, e com todo o devido respeito, referiu que não era o dono da obra, o Estrelas de São João de Brito, que infelizmente não tinha conseguido, durante todo aquele tempo, levar a obra a bom porto, que marcava as vistorias, estando definido pela Câmara Municipal era que uma comissão técnica avaliasse o estado do diferendo entre o Clube e o empreiteiro, não fazendo qualquer sentido ser marcada uma vistoria por um Clube, dono da obra, que não tinha conseguido, pesasse embora todo o dinheiro que a CML tinha injetado, levar a obra a bom porto, e partindo desse o ponto de vista, a Junta não tinha comparecido na reunião, tendo o Estrelas de São João de Brito perdido a legitimidade de marcar agenda a partir do momento em que não tinha concluído a obra. Embora fosse Deputada Municipal, conforme indicado, a Junta não precisava da Assembleia Municipal, desse ponto de vista, para levantar o assunto da piscina, uma vez que a Junta falava com o Presidente da Câmara e com os Vereadores responsáveis, encontrando-se a Junta a aguardar que a Comissão técnica que estava, naquele momento, a avaliar a situação, tendo a garantia do Senhor Vice Presidente da CML, que detinha o pelouro do Desporto, de que o Relatório Final estaria concluído, para se saber o que iria, efetivamente, acontecer: se a obra iria ser concluída pelo Clube Estrelas de São João de Brito ou se seria a CML a concluir a obra, sendo certo que a seguir só poderia ser a Junta de Freguesia a ficar com a gestão

da piscina, o que, aliás, tinha sido reiteradamente afirmado naquela Assembleia de Freguesia, lamentando apenas que a decisão inicial tivesse sido conceder a gestão da piscina ao Clube Estrelas de São João de Brito. Não havia qualquer mudança da posição da Junta de Freguesia sobre aquela matéria, não dizendo nada quando nada tinham para dizer, mantendo a sempre a mesma posição. -----

Relativamente ao Mercado de Sapadores, indicou que os comerciantes não se encontravam em sufoco, trabalhando especialmente para restaurantes, uma vez que haviam poucos cidadãos privados que lá iam fazer compras. O Executivo estava plenamente consciente de que o Mercado necessitava de uma revitalização, estando também conscientes de que a infraestrutura tinha sido transferida para a Junta com problemas estruturais de base, tendo sempre reivindicado junto da Câmara Municipal a resolução daqueles problemas. Acrescendo a assinatura de um Protocolo com a ARS para a instalação de um Centro de Saúde no Mercado, e apesar de já ter sido entregue ao Vereador Manuel Salgado um projeto de revitalização física do Mercado, o mesmo ficou parado à espera de se perceber em que moldes será instalado o Centro de Saúde, condicionando o projeto de revitalização, tendo já reunido com o Vereador Manuel Salgado para colocar essas mesas questões e para aquando da tomada de decisão da Câmara Municipal sobre o futuro do dito Centro de Saúde, não fosse ignorada a ideia que a Junta tinha para aquele espaço. -----

Relativamente ao “Penha Repara”, indicou que o mesmo tinha iniciado no final do mandato anterior, tendo vindo a responder a solicitações, e apesar da divulgação feita, havia pouca adesão ao mesmo, sendo os critérios os já anteriormente indicados, mas muitas das habitações eram privadas e o problema em realizar obras em habitações privadas arrendadas estava a ser equacionado pela a Câmara Municipal, o que não era propriamente o âmbito daquele programa. -----

Relativamente à Bolsa Solidária Animal, referiu que normalmente se dirigia a pessoas que já eram acompanhadas pelo pelouro do Desenvolvimento Social, sendo questionada a existência de animais de estimação aquando da elaboração da caracterização do agregado familiar e, depois de feita uma avaliação socioeconómica, era dada a ajuda na medida do que fosse necessário. -----

Relativamente ao “Penha Liga”, indicou que o Executivo tinha entendido por bem que a enfermeira seria a pessoa indicada para ter a sensibilidade profissional para a primeira triagem, o primeiro contacto telefónico com as pessoas, sem prejuízo de, caso fossem detetados problemas que estivessem para além das competências profissionais da enfermeira, tratando-se de um contacto básico, tendo o programa como objetivo tirar as pessoas da solidão, e não para fazer qualquer tipo de avaliação social ou clínica, apenas para o estabelecimento de uma ponte para que a pessoa perceba *“há aqui alguém que se preocupa comigo”*, sabendo que nem sempre as pessoas respondem bem ao contacto. Caso as pessoas concordem passar a receber aquele contacto diariamente, e à medida em que for estabelecida a confiança entre a pessoa e a enfermeira, caso se verifiquem outras necessidades, as mesmas serão canalizadas para outros profissionais. A razão pela qual as caixas tinham sido descentralizadas, fechadas à chave e com cadeado, e deixadas à guarda das entidades onde foram depositadas, sabendo todos os moradores que a Junta existia, sendo a intenção levar as caixas para mais perto das pessoas, tentando assim chegar a mais pessoas, sem que houvesse até à data qualquer informação de violação da caixa, no entanto considerava a preocupação pertinente e iriam tê-la em consideração, mas ao manter as caixas apenas na Junta receava que não chegasse ao maior número de pessoas possível, e estatisticamente haviam pessoas, na Freguesia, a precisar de uma iniciativa daquelas, mas ir-se-ia ajustando à medida que fossem percorrendo o caminho. -----

Relativamente à questão do Posto Médico, referiu que o mesmo não tinha encerrado por vontade do Executivo, mas sim por ter o Executivo sido confrontado com essa mesma decisão, e após tudo visto e ponderado, com base no relatório do LNEC, seria quase criminoso ter aquela informação e manter tudo a funcionar, daí a difícil tomada de decisão de encerrar os serviços na Morais Soares, tendo sido contactados todos os utentes que tinham consultas marcadas, sendo possível que houvessem pessoas que tenham querido, posteriormente, ir ao Posto Médico sem saberem que o mesmo já se encontrava encerrado, tendo sido usados todos os canais de comunicação ao dispor da Junta para divulgar aquele facto. Indicou que a busca por um local alternativo tinha sido imediata, e quando, circunstancialmente, a GEBALIS tinha atribuído uma loja à Refood

do Areeiro, na Quinta do Lavrado, a Refood da Penha de França também poderia lá funcionar, deixando livres aquelas instalações, que tanta falta faziam, sendo certo que seriam necessárias obras de adaptação, encontrando-se já a ser avaliadas, contando que as mesmas fossem feitas o mais depressa possível para que o Posto Médico pudesse funcionar minimamente, com todas as condições, e com a aprovação da Entidade Reguladora, conforme mandava a lei. -----

Relativamente ao Espaço Nova Atitude, referiu que o Espaço tinha sofrido com o problema do espaço da Morais Soares, mas o projeto já estava a ser reformulado e repensado, havendo algumas reservas em relação ao enquistamento naquele espaço, uma vez que os moradores da Quinta do Lavrado tinham necessidades específicas e que deviam ser respondidas de forma própria, não sendo a guetização apenas um estigma, havendo outras respostas para os mesmos grupos etários noutros locais da Freguesia. Indicou que o Projeto intergeracional mencionado pretendia colocar as pessoas mais em conjunto e fechar menos o local, e dada a necessidade de localizar naquele espaço outros serviços da Junta que funcionavam na Morais Soares, e realização dos cursos da Modatex, que trouxeram ao local pessoas de fora, foi positivo nesse sentido. Tinha sido a deslocação do serviço de Enfermagem para o Espaço que tinha levado a que vários moradores tenham ido até ao local, desmistificando um pouco as ideias erradas que tinham acerca do sítio, constatando que ali funcionava uma instalação da Junta, igual a qualquer outra, tendo sido igualmente bem atendidos, sendo uma consequência positiva.-----

Relativamente à questão da apresentação da atividade da Junta, referiu que também não era o modelo que mais lhe agradava, acabando por funcionar contra a Junta, havendo, efetivamente, muito trabalho desenvolvido válido, e com utilidade, mas que era mal espelhado pela forma como era apresentado. Concordava com uma maior utilidade da apresentação de conclusões das reuniões do que estar apenas a datá-las, e a discriminá-las e detalhá-las daquela forma, mas ficava com a nota para a próxima Informação Escrita. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, indicou que o adiantado da hora já não lhes permitia estarem em grandes considerações, no entanto agradeceu a informação dada

em relação ao Mercado, mas a informação que espelhava não era aquela, daí ter referido que a informação sobre o Mercado era pobre, tendo sido importante esclarecer aquele ponto de vista. -----

Relativamente ao Desenvolvimento Social, o CDS/PP não ia fazer nenhuma consideração, por compromisso assumido na Comissão sobre aquela matéria, tendo iniciado os seus trabalhos naquela altura e havendo um enorme desafio, sendo questões extremamente sensíveis, dando os contributos necessários na devida Comissão em vez de falarem amiúde de cada assunto nas próximas Sessões da Assembleia, não ganhando nada com isso. -----

Em relação à gestão da Piscina, esclareceu, com base na informação que dispunha, que o Clube Estrelas de São João de Brito não tinha aparecido por mero acaso, mas sim porque a Junta não tinha querido ficar com o equipamento, no entanto, não queria criar qualquer tipo de animosidade mas queria, sim, resolver o problema, semelhante a uma nuvem sem fim de diz-que-disse, sem que se tratasse, da parte do CDS/PP, da procura de qualquer tipo de protagonismo partidário, mas sim da resolução de um imbróglio, do qual fazia parte uma associação que se encontrava em apuros, e uma vez que não tinham ainda sido ouvidas todas as partes envolvidas, não poderiam ser tiradas conclusões precipitadas dando ouvidos apenas a uma das partes. Nesse sentido, indagou se a Senhora Presidente da Junta estava disponível para trabalhar juntamente com a Comissão, que até ia, futuramente, reunir conjuntamente com outra Comissão, para uma melhor agilização do processo, para obterem as informações por parte da Junta no sentido de, dentro das capacidades da Comissão, poderem desbloquear a situação. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** solicitou, dado o adiantado da hora, que as intervenções fossem o mais sintéticas possível. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, solicitou um esclarecimento em relação à Animais de Rua, e questionou se, dada a cessação do protocolo, se a Associação ainda beneficiava do espaço que lhe tinha sido concedido no Mercado de Sapadores, e caso contrário, qual seria o fim que aquele espaço iria ter. -----

Relativamente à questão dos cabazes, gostava de frisar as respostas dadas ao Requerimento enviado pelo PAN, no qual indiciava o apoio dado a 1054 fregueses,

sendo que na Informação Escrita indicavam 1126. Quando solicitou o seu esclarecimento, tinha falado de pessoas e não de agregados, solicitando um esclarecimento em relação àquela diferença específica, tendo em conta que a Informação Escrita correspondia ao período entre 1 de novembro e 28 de fevereiro, tendo o Requerimento do PAN sido enviado em março, devendo a informação já estar reunida nessa altura. -----

Relativamente à questão da Bolsa Solidária Animal, referiu que a Senhora Presidente da Junta tinha indicado que uma pessoa sinalizada e beneficiária de apoios sociais também beneficiaria da Bolsa Solidária Animal. Questionou o processo de aferição da real detenção de um animal, se o animal era levado para verificação ou se estaria registado na Junta de Freguesia. -----

O Membro do PCP, **Daniel Oliveira**, indicou que pretendia colocar algumas breves questões. -----

Relativamente aos Protocolos, referiu que estavam a haver muitos protocolos a aparecer a acontecer sem o conhecimento da Assembleia de Freguesia. Solicitou esclarecimentos sobre os moldes do protocolo/parceria estabelecida com o Hospital Veterinário do Arco do Cego, qual o intuito, valores associados, questionando se o mesmo iria ser apresentado à Assembleia de Freguesia. -----

Reforçou a questão deixada pelo PAN, relativamente ao espaço que Animais de Rua ainda dispunha, e solicitou esclarecimentos se os apoios dados a ativistas/voluntários que individualmente tinham feito o trabalho de captura e esterilização estavam a ser feitos nos mesmos moldes firmados pelo protocolo cessante, havendo alguma preocupação financeira, uma vez que a verba atribuída à Associação, tendo em conta os números apresentados, excedia o valor de mercado para esterilização e, portanto, o PCP iria solicitar formalmente um esclarecimento sobre o funcionamento dos protocolos e sobre a sua eficácia, uma vez que haviam verbas que estavam a disparar em relação ao que seria normal, sabendo que havia mais trabalho associado que não era só levar o gato à esterilização. -----

Constatava que não havia concordância sobre o que era o funcionamento de uma mercearia social, compreendendo o ponto de vista dos recursos humanos, mas a génese

de uma Mercearia Social era uma pessoa se poder lá deslocar e efetuar uma transação comercial, sem terem de aguardar que alguém lhes fosse abrir uma porta e estender um saco com um determinado donativo, que era o que acabava por acontecer. Referiu que os moldes não eram de uma mercearia social, mas sim de um armazém onde os utentes eram chamados para lá irem buscar a doação a que tinham direito por parte da Junta de Freguesia. O PCP discordava totalmente daquele conceito de Mercearia Social. -----

Relativamente às novas instalações do Posto Médico, e dada a possível carga onerosa associada às obras que iriam ser necessárias, questionou se iria ser a Junta a responsabilizar-se totalmente pelo valor da obra ou se iria contactar a CML para participar de alguma forma, lembrando que grande parte dos espaços da Junta eram da propriedade da Câmara, tendo sido cedidos à Junta, conhecendo as mais variadas desculpas apresentada pela Câmara para não realizar qualquer tipo de intervenção, e dado que a Câmara não conseguia ceder outro espaço em condições, se iria participar nas obras. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, referiu que haviam outros pontos que podiam ter constado da agenda daquela Sessão, mas que tinham sido retirados a pedido da Assembleia para que houvesse tempo para o debate de todos os outros pontos. Indicou que a Sessão seguinte iria constar de mais pontos, entre os quais os Protocolos que foram e que iriam ser ainda celebrados. -----

Relativamente à questão da Animais de Rua, indicou que a Associação continuava a disfrutar da utilização do espaço, servindo como espaço de recobro, sempre que fossem apanhados e esterilizados animais, continuando a ter uma capacidade pontual de resposta, mas não uma capacidade permanente, à semelhança do MEG. Referiu que durante o decorrer do Protocolo, a Associação tinha lançado um livor que chamava à atenção das crianças para a necessidade de não maltratar os animais. O protocolo que não tinha sido executado na captura de animais foi reconvertido para a aquisição daqueles livros para oferta às crianças do ensino básico das Escolas da Freguesia, sendo essa a razão que explicava os montantes gastos. -----

Relativamente à Parceria com o Hospital Veterinário, indicou que haviam animais com patologias que não se compadeciam com o mero tratamento de uma consulta

médica, precisando de internamento e, eventualmente, de tratamentos mais complexos, e tal como previamente indicado por si, em Sessão da Assembleia Municipal, o nível de serviço prestado pela Junta de Freguesia era infinitamente superior em qualidade em comparação ao prestado pela Câmara Municipal, alegando a não existência de vagas na CAL, remetendo o problema para a Junta de Freguesia, ou ficava a Junta com os animais com problemas. Tendo em conta que os animais não eram eutanasiados, os mais sociáveis iam para adoção, podendo, nesse espaço de tempo, adoecer ou já trazer doenças, não ignorando a Junta de Freguesia que os animais tenham doenças que necessitavam de ser tratadas. Partindo desse princípio, a Junta levava os animais a serem tratados, o que tinha custos, mas como eram as associações que levavam esses animais, eram cobrados preços especiais que a Junta de Freguesia pagava. -----

Relativamente ao apoio da Bolsa Solidária Animal, indicou que a prova da existência de um animal a Junta promovia o licenciamento, e era ali que entrava a questão da não cobrança das taxas de registo, uma vez que legalmente a Junta de Freguesia não podia extinguir a cobrança das taxas, mas perante aquele caso concreto, e mediante a avaliação socioeconómica do agregado familiar, a Junta podia renunciar à cobrança daquela taxa, havendo, posteriormente, uma visita aos domicílios, e era assim que era feita a atribuição do apoio, desde que reúnam as condições para receberem apoio social.-----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia chamou a atenção para o adiantado da hora, uma vez que já eram 23h55, e propôs a continuação da Sessão, se ninguém se opusesse, e juntaria os Pontos 5 e 6 da Ordem de Trabalhos, na medida em que fazia sentido discutir a apreciação do Inventário juntamente com a apreciação da Prestação de Contas de 2017, e se as observações fossem sintéticas, iriam conseguir terminar a Ordem de Trabalhos ainda naquele dia. -----

Não houve qualquer oposição à proposta da Mesa. -----

----- PONTO NÚMERO CINCO -----

– Proposta n^o9/2018 – Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2017 -----

Este Ponto foi agregado e discutido juntamente com o Ponto n^o6. -----

PONTO NÚMERO SEIS

- Proposta nº10/2018 – Apreciação e Votação dos documentos de Prestação de Contas da Freguesia da Penha de França referentes ao ano de 2017 -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que prescindia da apresentação dos documentos, e colocou-se à disposição dos Membros da Assembleia para todos os pedidos de esclarecimento de dúvidas que entendessem necessários. -----

O Membro do PSD, **Afonso Pereira Costa**, referiu que ia ser sucinto, e que o PSD tinha, ao longo dos últimos anos, alertado para uma tendência, mais do que propriamente um resultado líquido negativo, mas para uma tendência que tinha vindo a ser constante nos últimos anos, e que deixava o PSD preocupado, e iria, de antemão, indicar que o PSD se iria abster na votação, não obstante de colocar algumas questões concretas, sendo sido aquele Relatório sufragado há pouco tempo, mas verificavam-se duas situações que constavam do Relatório de Auditoria e Demonstrações Financeiras, e que tinham a ver com o Saldo Líquido negativo de quase €405.000,00, e, se acrescentassem o Saldo Líquido Negativo do ano transato, no valor de quase €600.000,00, estavam a falar de uma quantia de um milhão de euros em dois anos e, para quem não compreendia bem aquela matéria, significava que a Junta tinha gasto mais de um milhão de euros sem que tivesse tido receitas, sem incluir os valores dos PDC, da Câmara Municipal, que constituíam receitas extraordinárias que vinham para um fim específico, e dados os custos fixos quase inalteráveis que a Junta tinha, significava que a Junta tinha de fazer um esforço muito grande para inverter aquela tendência, não se pretendendo que houvesse lucro mas sim um equilíbrio de contas, esperando que a Junta conseguisse inverter aquele processo rapidamente. -----

Deixava outro alerta, indicando que ao aprovar aquele relatório de contas estavam a ser aprovados apoios a instituições, encontrando-se alguns dos protocolos autorizados pela Assembleia de Freguesia, mas quem aprovasse aquele Relatório estaria a aprovar, tacitamente, protocolos, quer eles fizessem ou não sentido, não podendo ser pedida a uma instituição a verba dada mediante um protocolo chumbado em Assembleia mas aprovado no Relatório de Contas, referindo que a Junta devia ter algum cuidado com

aquelas situações, compreendendo que a Junta gostasse de ter apresentado naquela Sessão alguns desses protocolos. -----

Referiu que a abstenção do PSD seria um voto de confiança de que o Executivo pudesse inverter a tendência financeira, uma vez que parecia que estavam prestes a chegar ao “tal ano” para o qual o PSD já tinha vindo a alertar, e que não queria que realmente chegasse. -----

– **Prestação de Contas da Freguesia da Penha de França referentes ao ano de 2017 – Aprovada por Maioria – Votos a favor: PS, Votos contra: PCP; Abstenção: PSD, BE, CDS/PP e PAN;** -----

----- **PONTO NÚMERO SETE** -----

– **Proposta nº11/2018 – 1ª Revisão Orçamental e às Opções do Plano para 2018** ----

O Membro do PCP, **Carlos Tibúrcio**, relativamente à primeira revisão do PPI de 2018, indicou que haviam quatro rúbricas que diziam respeito ao reordenamento de estacionamento, nas Ruas Eduardo Costa, Heliodoro Salgado, David Lopes, Sousa Viterbo, Braamcamp Freire e para a requalificação da Rua da Penha de França e da Heliodoro Salgado, indicando um valor total de €208.756,40, da junção das quatro rúbricas, cujo maior beneficiário seria a EMEL, e como tal, questionou se não deveria ser a EMEL a pagar aquelas mesmas obras. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, questionou sobre as dimensões e a localização do Parque Canino. -----

Relativamente aos €80.000,00 previstos para a Publicidade da Junta, encontrando-se €500.000,00 para a Proteção Civil, e outros tantos com valores inferiores em comparação a valores anteriores, referiu que compreendia que passava por uma questão de prioridades, havendo outras áreas que careciam de investimento, não considerando a Publicidade uma delas, podendo grande parte daquele valor ser investido noutras áreas que se encontravam carentes, tendo em conta os problemas com as instalações e que deviam ser olhados de outra forma. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, esclareceu que, relativamente às obras nos arruamentos indicados, eram obras protocoladas com a Câmara Municipal, tratando-se de dinheiro específico para aquelas obras. Indicou que a

razão de ser a Junta a efetuar as obras, e não a EMEL, era que a Junta as fazia melhor e mais rápido. -----

Relativamente à questão sobre a Publicidade, indicou que se chamava “Publicidade”, mas tratava-se de comunicação com os fregueses e com a população, sem poder a Junta informar que o Posto Médico estava encerrado sem utilizar a “Publicidade”, e referiu que as Revisões Orçamentais serviam precisamente para ajustar os valores das rubricas consoante as suas necessidades. Esclareceu que o valor alocado à “Publicidade” não tinha sido aumentado, e indicou que a Revista da Junta, onde eram publicados os artigos escritos pela Oposição, se inseria naquela precisa rubrica. -----

O Membro do PSD, *Afonso Pereira Costa*, questionou se os valores dos CDC’s se se referiam a futuros Contratos-Protocolos ou a Contratos-Programa já assinados. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou que se referiam a Contratos-Programa do ano transato. -----

– 1ª Revisão Orçamental e às Opções do Plano para 2018 – Aprovado por Maioria – Votos a favor: PS; Votos contra: PCP; Abstenção: PSD, BE, CDS/PP e PAN; -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia* lembrou as Exmas. Senhoras e os Exmos. Senhores Membros da Assembleia de Freguesia da realização da Sessão Extraordinária Comemorativa do 25 de Abril, tendo sido já enviado o convite/convocatória, e que teria lugar nas instalações da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. -----

Colocou à votação a Ata-Minuta daquela Sessão Ordinária. -----

- Ata-Minuta – Aprovada por Unanimidade -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a Reunião pelas zero horas e treze minutos, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente e pelo Primeiro Secretário em exercício da Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia. -----



uf

O Funcionário

Alexandre Ribeiro

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia

Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes

**O Primeiro Secretário em Exercício da
Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia**

António Neira Nunes

Ata Aprovada por Unanimidade – 4ª Sessão Ordinária – 26/06/2018